

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

FRANCIELE SALVADOR ECKER

**“PARTIDO DE DEUS”: A SEGURANÇA INTERNACIONAL E O PAPEL DO
HEZBOLLAH NO CASO DA SEGUNDA GUERRA DO LÍBANO**

Santana do Livramento

2018

FRANCIELE SALVADOR ECKER

**“PARTIDO DE DEUS”: A SEGURANÇA INTERNACIONAL E O PAPEL DO
HEZBOLLAH NO CASO DA SEGUNDA GUERRA DO LÍBANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Augusto Lira
Nascimento

Santana do Livramento

2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).
Universidade Federal do Pampa - Unipampa

E19

Ecker, Franciele Salvador.

“Partido de Deus”: a Segurança Internacional e o papel do Hezbollah no caso da Segunda Guerra do Líbano / Franciele Salvador Ecker.

98p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2018.

Orientação: Flávio Augusto Lira Nascimento.

1. Hezbollah. 2. Israel. 3. Segunda Guerra do Líbano. 4. Segurança Internacional. 5. Oriente Médio.

FRANCIELE SALVADOR ECKER

**“PARTIDO DE DEUS”: A SEGURANÇA INTERNACIONAL E O PAPEL DO
HEZBOLLAH NO CASO DA SEGUNDA GUERRA DO LÍBANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ___/___/____.
Banca examinadora

Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento
Orientador
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Fábio Régio Bento
(UNIPAMPA)

Prof. Msc. Fernando Camara Rieger
(UNIPAMPA)

Aos meus pais, com todo meu amor e dedicação.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Cristina, por ter sido minha companheira à distância durante os anos de graduação, sempre me incentivando a buscar o que eu desejo. Obrigada por sempre ter estado ao meu lado em todos os momentos em que eu precisei.

Ao meu pai, Dogliani, homem que me inspira coragem e determinação. Obrigada por ser meu exemplo de ambição, pelos conselhos de amadurecimento na vida e, principalmente, pela oportunidade de vivenciar o ensino superior. Serei sempre grata.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Flávio Lira, pelo imenso companheirismo e compreensão durante não só a elaboração desse trabalho, mas também nos anos de graduação. Serei infinitamente agradecida por ter feito parte da minha evolução acadêmica, contribuindo para a minha formação como profissional. Muito obrigada pelo seu senso de humanidade com os alunos.

Ao Lorenzo, por permanecer ao meu lado. Obrigada pelas incontáveis noites em que você, mesmo cansado, manteve-se ao telefone comigo apenas para me tranquilizar ou conversar sobre os nossos dias. Nunca terei palavras suficientes para agradecer a sua companhia e carinho.

À Laura, irmã que a vida me deu. Serei eternamente grata por ter tido a oportunidade de vivenciar estes quatro anos ao teu lado. São infinitas histórias de companheirismo, amizade, amor, confiança e irmandade que compartilho contigo. Tenho a certeza de que, nesse momento, estamos encerrando apenas a graduação, mas nunca a nossa amizade. Obrigada por, juntas, transformarmos o 206 no nosso lar. Obrigada por ter sido e ainda ser a minha família. Obrigada por ter me encontrado.

Aos meus amigos, Lucas Bonatto, Joana Pêcego, Rodolfo Souza e Juliane Assis. Obrigada pelas noites de janta do grupo, pelas risadas e descontrações em momentos difíceis. Tenham a certeza de que vocês foram peças essenciais em minha graduação. Obrigada por terem me acolhido e fazerem de Livramento um dos meus lugares preferidos.

À todas as pessoas que estiveram ou passaram em minha vida nesses quatro anos e à Universidade Federal do Pampa. Obrigada pelas grandes memórias e inesquecíveis momentos que levarei de Santana do Livramento. Nunca esquecerei dos melhores anos de minha vida.

“Tudo o que acontece uma vez pode nunca mais acontecer, mas tudo o que acontece duas vezes, acontecerá certamente uma terceira.”

(Provérbio Árabe)

RESUMO

O conflito israelo-libanês apresenta um longo histórico de confrontos entre suas forças armadas. Tendo se iniciado na primeira metade do século XX, as hostilidades entre os dois países continuam presentes ainda nos dias atuais. Entretanto, podemos afirmar que o conflito israelo-libanês se intensificou em 1964, com a criação da Organização para a Liberdade da Palestina (OLP), quando a mesma passou a atuar diretamente no Líbano. A formação da OLP em território libanês causou desagrado ao governo israelense, que respondia de forma agressiva às ações dos palestinos. Dessa forma, nos anos seguintes, o Líbano fora palco para diversos confrontos protagonizados por Israel, a OLP e, futuramente, o partido xiita de resistência, o Hezbollah. Foi apenas em 1985, vivenciando um contexto regional e internacional caótico, que o “Partido de Deus” foi oficialmente fundado pela comunidade xiita marginalizada dentro do sistema multiconfessional libanês. O surgimento da organização político-militar do Hezbollah, desfez a imagem de um Estado de Israel militarmente invencível. Com isso, o movimento de resistência libanesa xiita, passa a adquirir cada vez mais legitimidade frente a população libanesa, implicando no aumento do poder político do Hezbollah. Este fato acaba por obrigar uma passividade por parte do governo libanês com a organização, desse modo, dificultando o governo de assumir alguma postura referente a sua política externa de relações com Israel. Com este cenário estabelecido, os frequentes ataques entre Israel e o Hezbollah desencadearam a Segunda Guerra do Líbano. Iniciada em 2006, o confronto durou apenas 33 dias, mas contou com grande apoio externo e comoção da comunidade internacional.

Palavras-chave: Hezbollah. Israel. Segunda Guerra do Líbano. Segurança Internacional. Oriente Médio.

ABSTRACT

The Israeli-Lebanese conflict has a long history of clashes between its armed forces. Beginning in the first half of the 20th century, hostilities between the two countries are still present today. However, we can say that the Israeli-Lebanese conflict intensified in 1964, with the creation of the Palestine Liberation Organization (PLO), when it began to operate directly in Lebanon. The formation of the PLO in Lebanese territory caused displeasure to the Israeli government, which responded aggressively to the actions of the Palestinians. Thus, in the following years, Lebanon had been the stage for several clashes between Israel, the PLO and, in the future, the Shiite resistance party, Hezbollah. It was only in 1985, experiencing a chaotic regional and international context, that the "Party of God" was officially founded by the Shiite community marginalized within the Lebanese multiconfessional system. The emergence of Hezbollah's political-military organization has undone the image of a militarily invincible State of Israel. As a result, the Lebanese Shiite resistance movement gained more and more legitimacy with the Lebanese population, implying an increase in Hezbollah's political power. This has led to a passivity on the part of the Lebanese government with the organization, thus making it difficult for the government to assume any position regarding its foreign policy of relations with Israel. With this established scenario, frequent attacks between Israel and Hezbollah triggered the Second Lebanon War. Started in 2006, the confrontation lasted only 33 days, but it had several external support and commotion from the international community.

Keywords: Hezbollah. Israel. Second Lebanon War. International Security. Middle East.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Acordo de Sykes-Picot em 1916.....	39
Fonte: Wikipédia.	
Mapa 2 – Fronteiras entre o Líbano e o Estado de Israel em 1949.....	45
Fonte: Wikipédia.	
Mapa 3 – Região do conflito na Segunda Guerra do Líbano em 2006.....	66
Fonte: Wikipédia.	

LISTA DE SIGLAS

AMAL – Batalhão da Resistência Libanesa

EUA – Estados Unidos da América

IDF – Forças de Defesa de Israel

OLP – Organização para a Libertação da Palestina

ONU – Organizações das Nações Unidas

PSP – Partido Progressista Socialista

UNIFIL – Forças Interinas da Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 UM DEBATE TEÓRICO ACERCA DA EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL: A ESCOLA DE COPENHAGUE E A ASCENSÃO DOS ATORES SUBNACIONAIS	18
2.1 A teoria abrangente da Escola de Copenhague	19
2.1.1 O setor militar	23
2.1.2 O setor político	23
2.1.3 O setor societal	24
2.1.4 O setor econômico	25
2.1.5 O setor ambiental	26
2.1.6 O Complexo de Segurança Regional	27
2.2 Outras contribuições teóricas	29
2.2.1 Robert O. Keohane e Joseph S. Nye.....	29
2.2.2 Mary Kaldor	33
2.3 A ampliação dos atores de Relações Internacionais: o surgimento e a importância dos atores subnacionais	35
3 UMA HISTÓRIA DE CONFRONTO: LÍBANO, ISRAEL E A INSERÇÃO DO HEZBOLLAH NO CENÁRIO POLÍTICO DO CONFLITO TRANSNACIONAL	38
3.1 Acordos de Sykes-Picot e a divisão do mundo árabe	39
3.2 O mandato francês (1926-1943)	41
3.3 Líbano: um Estado independente e soberano?	43
3.3.1 A era Khoury (1943-1952)	44
3.3.2 A era Chamoun (1952-1958)	46
3.3.3 A era Shihab (1958-1964)	48
3.3.4 A era Helou (1964-1970)	49
3.3.5 A era Franjeh (1970-1976)	51
3.4 A Guerra Civil Libanesa (1975-1990)	52
3.4.1 Operação Litani (1978)	53

3.4.2 Operação Paz na Galileia (1982)	54
3.4.3 Hezbollah: o nascimento de uma resistência	55
3.4.4 Hezbollah e sua ideologia religiosa	56
3.4.5 Hezbollah e sua ideologia política.....	57
3.4.6 O Acordo de Taif (1989-1990)	59
3.5 A reconstrução do Estado libanês após a guerra civil.....	60
3.6 A saída de Israel do território libanês nos anos 2000	61
3.7 A Síria deixa o Líbano em 2005: paz e soberania alcançadas?	62
4 “PARTIDO DE DEUS”: A ATUAÇÃO DO HEZBOLLAH NO CASO DA SEGUNDA GUERRA DO LÍBANO	64
4.1 Os antecedentes da Segunda Guerra do Líbano em 2006.....	64
4.2 A Segunda Guerra do Líbano: um combate entre Hezbollah e Israel	66
4.3 O fim da Segunda Guerra do Líbano e a ONU.....	70
4.4 A posição da comunidade internacional.....	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS	76
ANEXOS.....	83

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender e analisar as ações políticas que o partido de resistência xiita, o Hezbollah, exerce desde a sua fundação no Líbano. Desse modo, através de um apanhado histórico, a pesquisa tem como finalidade principal atender os seus objetivos de análise. Possui em sua estrutura uma divisão de três capítulos, que se fazem necessários para uma maior compreensão do evento principal analisado neste trabalho, a Segunda Guerra do Líbano.

Dito isso, o primeiro capítulo deste trabalho aborda a Escola de Copenhague. Uma teoria de Relações Internacionais contemporânea que torna-se fundamental para a compreensão da existência do Hezbollah no Sistema Internacional como um ator influenciador. Para analisar um conflito ocorrido no pós-Guerra Fria, é de extrema importância levar-se em consideração as diversas novas faces que os estudos de Segurança Internacional adquiriram dentro das Relações Internacionais na era contemporânea. Dessa forma, busca-se analisar o conflito vivido entre o Hezbollah e o Estado de Israel em 2006 através das perspectivas de segurança internacional desenvolvidos pela Escola de Copenhague e a inserção de atores subnacionais na esfera de influência do globo.

No presente trabalho, não entraremos em debates isolados sobre teóricos clássicos dos estudos de segurança. Reconhecemos a importância dos conceitos teóricos formulados por escritores como Hobbes, Clausewitz e John Keegan. Entretanto, seguiremos no debate contemporâneo da evolução dos estudos de segurança internacional. Desse modo, a vertente adotada neste trabalho será a considerada abrangente, a qual foi seguida na formulação teórica da Escola de Copenhague.

Tendo sido estabelecida na década de 80, a Escola de Copenhague engloba todas as preocupações teóricas que eram vividas naquela época. Sendo adepta de uma abordagem abrangente, a mesma propõe que, nas análises de segurança, deva-se considerar além do aspecto militar, os aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais igualmente (TANNO, 2003). No centro da contribuição teórica para o desenvolvimento da Escola de Copenhague, estão Barry Buzan e Ole Waever.

Embora muitos acadêmicos tivessem defendido a redefinição do conceito de segurança na década de 80, a maioria ainda se utilizava da lógica realista em seus trabalhos. Com isso, surgiu a necessidade do debate acerca de quais áreas poderiam ser ampliadas para a utilização dos conceitos de segurança, para somente assim, repensar sua renovação teórica. No início da

Escola de Copenhague, a própria ainda se utilizava da lógica realista em seus trabalhos. Barry Buzan, que desenvolvera a teoria que os estudos de segurança deveriam abranger também os aspectos político, econômico e societal, ainda defendia que, entretanto, o Estado mesmo assim deveria ser visto como unidade principal de análise no estudo. Dessa forma, Buzan opôs-se aos teóricos críticos que defendiam que a segurança individual era mais relevante do que a segurança estatal (TANNO, 2003).

Todavia, as mudanças no quadro teórico da Escola de Copenhague desenvolvido por Buzan, foram ocorrendo lentamente e gradualmente com o cenário do pós-guerra fria. Juntamente com o acréscimo de outros teóricos e abordagens, a teoria contemporânea ainda adquiriria muitas mudanças em seu pensamento ideológico, inserindo novas questões e, também, deixando de lado antigas questões que já não se configuram mais no atual Sistema Internacional.

No segundo capítulo, analisamos a história política do Líbano desde a queda do Império Otomano, remontando até os tempos atuais. Buscamos entender o processo de independência libanesa, fruto de um movimento nacionalista árabe que já estava cansado de ser governado e administrado pelas nações Europeias. A criação do Estado de Israel, o aumento de refugiados palestinos e, principalmente, qual seria o papel do Líbano no meio deste conflito pré-anunciado. A Guerra Civil Libanesa, que despertará a marginalizada comunidade xiita, resultando no nascimento do Hezbollah e seu braço armado. Por fim, todo o restante do processo de restauração de soberania que o Líbano enfrenta para, finalmente, chegarmos ao cenário da Segunda Guerra do Líbano.

Por último, mas não menos importante, o terceiro capítulo abordará apenas a Segunda Guerra do Líbano e a atuação do Hezbollah durante o conflito. Para uma melhor compreensão, o conflito é discutido em partes. Abordando desde o cenário pré-guerra que já dominava nas fronteiras do sul do Líbano, até a resolução do conflito e os panoramas externos de o que pensará a comunidade internacional.

Cabe ressaltar, também, que o terceiro capítulo constitui-se fundamental para que consigamos esclarecer a problemática da atual pesquisa. Com os conflitos cada vez mais acirrados no Oriente Médio, o Líbano com a influência política direta de ação do Hezbollah, também se encaixa na esfera de tensão e preocupação para o restante do globo. As investidas mais agressivas da organização política-militar em julho de 2006 contra o Estado de Israel, reascenderam tensões não tão adormecidas entre o Líbano e o vizinho israelense. Assim, ocorre a Segunda Guerra do Líbano. Entretanto, o conflito durou apenas 33 dias e, logo após,

já havia a intenção de interferência externa da ONU para a sua resolução. Desse modo, fora acordado um cessar-fogo que, atualmente, ainda vem sendo respeitado. É a partir deste cenário que o problema da presente pesquisa se forma.

Com a apresentação desta conjuntura, o problema que este trabalho se propõe a investigar é: a Segunda Guerra do Líbano em 2006 pode ser considerada como o ponto final no conflito armado entre o Hezbollah e Israel? Dessa forma, desenvolvendo o presente trabalho e partindo desta problemática, a hipótese em consideração para o trabalho é negativa. É tido como hipótese que a Segunda Guerra do Líbano não colocou um fim nos conflitos e tensões entre os atores envolvidos, visto que o conflito já perdura desde o século passado. Com isso, é buscado constantemente os indícios da resolução dessa problemática, a fim de confirmar ou negar a hipótese sugerida ao problema. O método utilizado para o desenvolvimento da pesquisa, com o objetivo de esclarecer todos os pontos propostos, seria histórico-descritivo. Entretanto, ressalta-se a utilização do método analítico, em alguns momentos, a fim de entender as problemáticas acerca do conflito no Oriente Médio.

Ainda, cabe justificar a pesquisa desse trabalho. Com o advento da globalização, muitas temáticas foram inseridas no campo de estudo das Relações Internacionais. Teorias alternativas foram desenvolvidas no cenário pós-guerra fria e tiveram mais destaque, tópicos não ocidentais estiveram mais ao centro e o cenário internacional possibilitou a remodelação dos estudos na área. Dessa forma, a presente pesquisa busca mostrar a importância da expansão da análise aos tópicos que fogem das relações de poderes estritamente ocidentais e com foco nas grandes potências do Sistema Internacional. Também, é pretendido, com o crescente interesse nas temáticas de Oriente Médio e o seu efeito cada vez maior nas relações diplomáticas entre as nações, mostrar a importância dos estudos orientais nos debates contemporâneos. E, com isso, o presente projeto justifica-se de demasiada relevância para os estudos das Relações Internacionais e para o aumento da compreensão do mundo árabe no Ocidente.

2 UM DEBATE TEÓRICO ACERCA DA EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL: A ESCOLA DE COPENHAGUE E A ASCENSÃO DOS ATORES SUBNACIONAIS

Para analisar um conflito ocorrido no pós-Guerra Fria, não mais é possível lançar mão da visão dicotômica do mundo, pelo contrário, é de extrema importância levar-se em consideração a diversidade de faces que os estudos de Segurança Internacional adquiriram nas Relações Internacionais na era contemporânea. Dessa forma e, com base nesse pressuposto, busca-se analisar o conflito vivido entre Hezbollah e Estado de Israel, ocorrido em 2006, através da perspectiva da Escola de Copenhague e, de modo complementar, de outros teóricos que possam contribuir para entender a relevância desse evento.

Se faz necessário para início do debate sobre segurança internacional, tentar compreender seus conceitos e a forma como evoluiu no decorrer do século XX. Antes da década de 80, a literatura de segurança tinha sua base limitada aos conceitos de poder e paz. As abordagens relacionadas ao poder tinham suas formulações com base na Escola Realista, seguindo fundamentações teóricas desenvolvidas por Edward Hallet Carr, Hans Morgenthau e Kenneth Waltz. Por outro lado, as abordagens relacionadas à paz, tinham suas formulações de acordo com a Escola Idealista, ou seja, entendiam que a segurança internacional podia se reduzir à segurança do sistema internacional conciliada com a perspectiva de segurança nacional (RUDZIT, 2005).

O campo de estudo das Relações Internacionais tendia às perspectivas estatocêntricas, identificando apenas o Estado como principal e único ator a ser levado em consideração em seus desenvolvimentos teóricos. Com base nos autores do realismo mais tradicional, como Morgenthau, Waltz e Mearsheimer, o Estado deveria ser o único ator com capacidade de decisão no Sistema Internacional ou, então, o único a conseguir influenciar processos de tomada de decisão (VILLA, 1994). Dessa forma, as Relações Internacionais ficavam limitadas ao uso de força entre Estados, reduzindo a complexidade do Sistema Internacional apenas ao fluxo de intercâmbio entre o que seriam os únicos atores. Com isso, as Relações Internacionais poderiam ser classificadas como apenas um sistema de atuação interestatal.

Com o final da Guerra Fria e uma multipolaridade estabelecida no cenário internacional, as Relações Internacionais passam por transformações e avanços teóricos, que se baseiam na tendência de incorporação de novos atores ao Sistema Internacional. Num

primeiro momento, as Escolas consideram apenas o surgimento de organizações internacionais, como atores de influência no Sistema Internacional. Entretanto, com a globalização, os campos de estudo das Relações Internacionais passam a abranger diversos setores da sociedade como atores com capacidade de influência no cenário multipolar. Inclui-se em suas análises um sistema econômico influente, os recentes movimentos transnacionais, as sociedades e instituições supranacionais e o surgimento de atores locais.

Dessa forma, a nova formatação do Sistema Internacional passa a ser constituída de vinculações extra-estatais. O campo de estudo e de atividades passa a ser variado. As novas análises de Relações Internacionais passam a considerar as influências no campo político, social, econômico, cultural e religioso, considerando a variedade de atores que cada área abrange (VILLA, 1994). Com isso, no campo de segurança internacional, em 1994 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento formula o conceito de Segurança Humana. O desenvolvimento do termo visava aprofundar a lógica da segurança para além da defesa territorial, incluindo em suas análises a “segurança do indivíduo”. Essas novas considerações nas análises de segurança das Relações Internacionais, alterando o foco do referencial Estado-nação e considerando o referencial indivíduo, são vistas como ampliações radicais para o que é considerado ameaça à segurança, redefinindo quais setores da sociedade serão responsáveis para abarcar cada questão (BUZAN & HANSEN, 2012). Assim, dentro das novas teorias de Relações Internacionais, surge a Escola de Copenhague. A escola que tinha como eixo principal considerar a influência que outros atores, além do Estado, poderiam exercer no cenário internacional. Em seu desenvolvimento teórico, a Escola de Copenhague apresenta novos conceitos para o campo de estudo de Segurança Internacional, vindo a contribuir imensamente para a consolidação e legitimação da atuação de atores não-estatais no Sistema Internacional.

2.1 A teoria abrangente da Escola de Copenhague

Somente após a década de 80 que os estudos de segurança começam a perceber a necessidade de não restringir seus conceitos exclusivamente ao âmbito militar. Desse modo, inicia-se um movimento de renovação teórica acerca dos conceitos de segurança utilizados na área de relações internacionais (TANNO, 2003). Teóricos como Joseph S. Nye, Ole Waever, Robert O. Keohane, dentre outros, defendiam a ampliação dos estudos de segurança que

abrangessem também ameaças não-militares. Ainda, segundo Tanno, a utilização e aplicação do conceito de segurança permanece atrelado à Escola Realista, levando em consideração apenas o Estado e os aspectos militares e estratégicos. Dessa forma, sobre o desenvolvimento da renovação teórica dos conceitos de segurança internacional, a autora expõe como o debate, então iniciado na área de segurança, permitiu a formação de novas vertentes teóricas:

Na área de segurança internacional, o debate permitiu a consolidação de três vertentes teóricas: a tradicionalista, a abrangente e a crítica. A primeira proposta, consonante com as premissas teóricas realistas, defende que os estudos da área devem se restringir às questões militares e resguardar o Estado como unidade básica de análise (WALT, 1991); a vertente abrangente (do inglês “*widener*”) sustenta que os estudos de segurança devem incorporar tanto as ameaças militares quanto aquelas advindas das áreas política, econômica, ambiental e societal (BUZAN, 1991); a perspectiva crítica, associada aos trabalhos da Escola de Frankfurt, propõe que as pesquisas de segurança devam colaborar para a emancipação humana (WALT, BUZAN, 1991 apud TANNO, 2003, p. 4).

No presente trabalho, não entraremos em debates isolados sobre teóricos clássicos dos estudos de segurança, ainda que reconheçamos a importância dos conceitos teóricos formulados por autores como Sun Tzu, Maquiavel, Hobbes, Clausewitz e John Keegan, principalmente suas contribuições para a realização de um desenvolvimento teórico criativo da Escola de Copenhague. Entretanto, seguiremos no debate contemporâneo da evolução dos estudos de segurança internacional. Desse modo, a vertente adotada neste trabalho será a considerada abrangente, a qual foi seguida na formulação teórica da Escola de Copenhague (BUZAN & HANSEN, 2012).

Tendo sido estabelecida na década de 80, a Escola de Copenhague engloba todas as preocupações teóricas que eram vividas naquela época. Sendo adepta de uma abordagem abrangente, a mesma propõe que, nas análises de segurança, deva-se considerar além do aspecto militar, os aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais (TANNO, 2003). No centro da contribuição teórica para o desenvolvimento da Escola de Copenhague, estão Barry Buzan e Ole Waever.

De acordo com Waever, embora muitos acadêmicos tivessem defendido a redefinição do conceito de segurança na década de 80, a maioria ainda se utilizava da lógica realista em seus trabalhos. Com isso, surgiu a necessidade do debate acerca de quais áreas poderiam ser ampliadas para a utilização dos conceitos de segurança, para somente assim, repensar sua renovação teórica. No início da Escola de Copenhague, a própria ainda se utilizava da lógica realista em seus trabalhos. Barry Buzan, mesmo estando no centro da ampliação teórica

abrangente de Segurança Internacional, ainda defendia que, entretanto, o Estado ainda assim deveria ser visto como unidade principal de análise nos estudos de segurança. Dessa forma, Buzan opôs-se aos teóricos críticos que defendiam que a segurança individual era mais relevante do que a segurança estatal (TANNO, 2003).

Todavia, as mudanças no quadro teórico da Escola de Copenhague desenvolvido por Buzan, foram ocorrendo lentamente e gradualmente com o cenário do pós-Guerra Fria. Apenas com o livro *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe* (BUZAN & WAEVER, 1993) e com a frequente ocorrência das guerras étnicas na Europa, que se tem início o processo de desvinculação dos conceitos de segurança da corrente estadocentrista do realismo. A partir de então, entra em foco nos estudos de segurança, principalmente, a questão societal.

No ano de 1998, Waever volta a contribuir para as atualizações de conceitos da Escola de Copenhague com o seu livro *Security: a New Framework for Analysis*. Neste momento, os trabalhos da Escola de Copenhague passam a possuir uma perspectiva teórica pós-construtivista. Com isso, Waever acabou por fornecer conceitos e fundamentação teórica para realizar uma análise voltada ainda mais para o aspecto construtivista de segurança.

Waever ainda acrescenta um teor pós-moderno nos trabalhos da Escola de Copenhague ao negar a existência da realidade social, segundo Tanno:

Waever (1989; 1995) também criou os conceitos e arcabouço teórico necessários para isto. É também possível identificar a incorporação de teorias pós-modernas nos trabalhos desse pesquisador. Rejeitando o positivismo que dominava a abordagem de Buzan, Waever (1995) descarta a existência de realidade social que pode ser conhecida de forma apriorística e defende que questões de segurança são construídas pelas práticas sociais. Processos de construção de questões de segurança ocorrem, primordialmente, por meio de discursos proferidos pelos atores mais interessados em estabelecer as agendas de segurança. Questões políticas podem, portanto, sofrer processos/movimentos de “securitização” ou “dessecuritização” (TANNO, 2003, p. 11).

Entretanto, defende-se que para uma iniciativa de securitização obtenha sucesso, necessita, também, do reconhecimento social da questão como uma ameaça à segurança. Ainda no seu livro *Security: a New Framework for Analysis* (1998), Waever observa que as agendas de política externa e questões de segurança são construídas por agentes sociais. Dessa forma, percebe-se a necessidade do desenvolvimento de quadros teóricos analíticos específicos para cada setor que a vertente abrangente possuía. Waever defende que cada aspecto possuiria lógica própria, com suas próprias regras, atores, discursos e, principalmente,

objetos específicos para o campo de segurança, não necessariamente incluindo o Estado (TANNO, 2003).

Grace Tanno ainda prossegue o pensamento explicando como Waever teria destruído os conceitos estadocentristas da teoria de Buzan:

O setor militar seria dominado pelas relações de força, o setor político pelas relações de autoridade e reconhecimento externo, o setor econômico pelas relações de comércio, produção e finanças, o setor societal pelas relações entre identidades coletivas e, por fim, o setor ambiental seria caracterizado pelas relações entre as atividades humanas e a biosfera.

De acordo com Buzan (1990:6), a análise das relações entre os diversos atores e setores demonstra que o conceito de segurança é naturalmente uma idéia integrativa. Nenhum setor examinado isoladamente será capaz de fornecer uma análise completa da segurança internacional (TANNO, 2003, p. 13).

Dessa forma, através da evolução teórica *de People, States and Fear* (BUZAN, 1991) e de *Security: a New Framework for Analysis* (BUZAN & WAEVER, 1998), foi possível a alteração e contínuo desenvolvimento do quadro criativo teórico e, principalmente, dos conceitos de segurança que a Escola de Copenhague utiliza. Entretanto, Waever e Buzan apontam na obra *Security: a New Framework for Analysis* (1998), a atenção que deve ser voltada para como a ampliação do desenvolvimento teórico e da agenda de segurança ocorrem. Os autores apontam a fragilidade que permeia os estudos da área, mostrando o perigo de que tudo vire passível de ser estudado como questões de segurança e, dessa forma, os estudos fiquem impossibilitados de realmente avançarem no desenvolvimento teórico. Com isso, ao examinar as características e dinâmicas de segurança nos cinco setores (militar, político, econômico, societal e ambiental), Buzan e Waever atentam-se para a localização da dinâmica de segurança de cada setor (BUZAN & WAEVER, 1998). Em outras palavras, os autores buscam entender se as dinâmicas de segurança que permeiam cada setor são locais, regionais ou globais. Ainda classificam os setores militar, político e social como majoritariamente dominados por complexos regionais de segurança, enquanto o setor econômico seria majoritariamente dominado por complexos globais de segurança (BUZAN & WAEVER, 1998). Com a ampliação das questões de segurança discutidas pelos autores em *Security: a New Framework for Analysis* (1998), ocorre de forma indireta também a ampliação das possibilidades de securitização e dos agentes securitizantes, levando os conceitos de segurança da Escola de Copenhague aos níveis ainda mais diversos.

Dessa forma, esse desenvolvimento criativo proporcionado por Barry Buzan e Ole Waever, acabaram por possibilitar transformações nos principais elementos teóricos da teoria

dinamarquesa, expandindo seus conceitos e abrangendo mais setores de segurança nas suas discussões.

2.1.1 *O setor militar*

Os autores da escola realista clássica defendem que apenas o setor militar pode constituir os estudos de Segurança Internacional. Enquanto no quadro teórico da Escola de Copenhague considera-se também os outros setores presentes na sociedade, mas sem negar a importância do setor militar para o desenvolvimento de suas teorias. Segundo Buzan, a Escola de Copenhague defende que se chame de Estudos Estratégicos aqueles exclusivamente voltados para o setor militar, enquanto Estudos de Segurança Internacional seria reservado aos que se utilizam da abordagem abrangente (BUZAN, 1991).

Com isso, em seu livro *Security: a New Framework for Analysis* (BUZAN & WAEVER, 1998), Ole Waever aponta que nos estudos voltados para o setor militar, o Estado ainda era visto como o ator principal para o objeto de estudo. Incluía-se, também, as elites militares como as responsáveis pelos processos de securitização. Entretanto, a Escola de Copenhague, mesmo frisando a importância do Estado e das elites militares no setor militar, afirma a inexistência de correlação entre capacidade militar e sucesso dos processos de securitização (TANNO, 2003). Deixa-se clara a importância das variáveis geográficas, políticas, históricas e tecnológicas para realizar a avaliação de uma ameaça militar.

2.1.2 *O setor político*

A Escola de Copenhague, em seu desenvolvimento teórico, afirma que ameaças políticas são as que possuem como finalidade maior a destruição ou o abalo da estrutura organizacional de um Estado. Segundo Buzan (1991), para classificar-se como uma ameaça política, deve-se atingir um ou mais dos três componentes do Estado: suas ideias, suas bases físicas e suas instituições. Grace Tanno, em sua análise sobre o setor político, ainda explica que as ameaças políticas, normalmente, dirigem-se à soberania de um Estado e que as mesmas podem tomar diversas formas:

Ameaças políticas podem ser classificadas como estruturais e intencionais. Estas são verificadas na recusa de um país em reconhecer a legitimidade de um Estado/governo estrangeiro ou na rejeição do governo por um grupo doméstico; aquelas derivam de contradições entre os princípios organizacionais dos Estados. Ameaças estruturais originam-se, portanto, de conflitos entre princípios como

liberalismo, comunismo, capitalismo, autodeterminação, democracia etc (TANNO, 2003, p.18).

A teoria do Estado, desenvolvida por Buzan, rejeitando os conceitos de estadocentrismo, ainda possibilitou à Escola de Copenhague passar a aceitar princípios e entidades políticas também como objetos de referência nos estudos de segurança do setor político. Dessa forma, a escola passa a reconhecer como objetos de referência para o setor também as cidades-Estados, impérios, tribos, dinastias e movimentos transnacionais. Ainda sobre os atores responsáveis pelos processos de securitização do setor político, a Escola de Copenhague frisa a importância dos atores governamentais, entretanto, também destaca o papel das Nações Unidas para destacar ameaças políticas à estrutura do sistema e da sociedade internacional.

2.1.3 O setor societal

Foi com a obra *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe* (1993) que Ole Waever introduziu o setor societal no quadro teórico da Escola de Copenhague. Em sua obra, o autor afirma que a definição do que seria uma ameaça societal variava com o entendimento de sociedade utilizado. Tendo feito essa afirmação, a Escola de Copenhague passa a afirmar que a sociedade seria mais do que a soma das partes, entretanto, por depender da existência da identidade coletiva, também não poderia ser reduzida somente ao indivíduo (TANNO, 2003). Dessa forma, a escola assegura que a existência da identidade coletiva provém do sentimento de que um grupo possa constituir uma entidade autônoma. É nessa formação de identidade coletiva que surge o setor societal. As ameaças sociais passam a existir quando, uma dessas entidades, se vê em situações de perigo ou intimidação. Dessa forma, Waever através da Escola de Copenhague prossegue no desenvolvimento do que viria a ser a segurança societal:

Nesta base, podemos concluir que no sistema internacional contemporâneo, segurança societal se refere à habilidade de uma sociedade de permanecer com suas características essenciais sob condições mutáveis e ameaças possíveis. Especificamente, é sobre a sustentabilidade dentro de condições aceitáveis para a evolução de padrões tradicionais de língua, cultura, associação, identidade e costumes religiosos e nacionais [...] segurança societal se refere a situações em que sociedades percebem a ameaça em termos de identidade (WAEVER, 1993, p.23).

A Escola de Copenhague ainda frisa que, em Estados fracos onde o próprio Estado não consegue estabelecer uma harmonia com a sua sociedade, as ameaças sociais tornam-se

mais frequentes. Podendo até mesmo o governo ser o agente ameaçador com entidades sociais que não lhe seja favorável. Ainda sobre a classificação de uma ameaça societal, a Escola de Copenhague afirma que muito depende do contexto e avaliação histórica. Com isso, a escola denomina de “dilema de segurança societal” a situação em que, uma entidade do setor societal possa sentir uma mera percepção de ameaça à sua identidade. Em seu livro *Security: a New Framework for Analysis* (1998), Ole Waever analisa os principais tipos de ameaças existentes no setor societal. O autor conclui que, devido aos processos de globalização ocorridos no pós-Guerra Fria, passa a existir uma tendência de que esses processos acentuem problemas já existentes em relação a conflitos sociais, como a migração e a intolerância religiosa.

2.1.4 O setor econômico

A Escola de Copenhague faz destaque à dificuldade de reconhecimento de ameaças reais no setor econômico, devido à estrutura do próprio setor onde a existência de posicionamentos ideológicos discordantes e a competição de mercado são características elementares do modelo capitalista. Dessa forma, Buzan (1991) teoriza que a insegurança econômica passaria a ser considerada uma ameaça quando a mesma ultrapassasse a esfera econômica, atingindo também o setor político e militar. Com essa afirmação, a Escola de Copenhague passa a reconhecer como ameaça econômica aquelas que se dirigem aos setores que são responsáveis pela sobrevivência física de um Estado.

No setor econômico, a Escola de Copenhague ainda explica que, assim como a definição de ameaça, a definição do objeto de referência no campo da segurança econômica também depende de posições ideológicas. O liberalismo defende que o principal objeto de referência deveria ser as regras que garantem o bom funcionamento dos mercados, enquanto a ótica mercantilista defendia que o principal objeto de referência deveria continuar sendo o próprio Estado. Dessa forma, Buzan (1991) defende que o liberalismo seria a melhor forma de economia política que um Estado poderia escolher. O autor ainda justifica sua opinião explicando que as ideias liberais possibilitavam uma maior segurança ao sistema econômico internacional. Faz-se apontamentos para o desenvolvimento dos processos de regionalização econômica que buscam criar comunidades de segurança para o setor. Entretanto, Grace Tanno (2003) ainda aponta para como a Escola de Copenhague adverte sobre os perigos da limitação de um setor apenas à economia. A autora salienta que, a separação do setor econômico do setor político, pode levar ao desaparecimento da natureza política que as atividades econômicas deveriam intrinsecamente ter.

2.1.5 *O setor ambiental*

Com o desenvolvimento industrial e avanços tecnológicos ocorridos no século XX, as condições ambientais e de vida no planeta foram sendo diretamente afetadas. Dessa forma, quando a segurança ambiental entra em pauta, a Escola de Copenhague considera dois objetos de referência principais para os estudos do setor ambiental, sendo eles: o próprio meio ambiente e a qualidade de vida já alcançada pela sociedade (WAEVER, 1998).

Com a dificuldade de estabelecer quais são as ameaças diretas ao setor ambiental e o difícil processo de securitização da questão, Grace Tanno aponta como a Escola de Copenhague salienta os problemas frequentemente encontrados nesse setor:

Dois problemas podem ser identificados nesse setor: em primeiro lugar, as ameaças ao meio ambiente não são intencionais e, em segundo lugar, ainda há grande incerteza sobre quais estruturas políticas serão produzidas pelas questões ambientais (BUZAN, 1991, p.132; WAEVER et alii, 1998, p.71). Até agora, essas estruturas se têm revelado heterogêneas, incluindo desde movimentos sociais, comunidades epistêmicas até organizações internacionais e importantes organizações não-governamentais, como o Greenpeace e o World Watch Institute. Todas vêm tentando securitizar questões no setor ambiental (TANNO, 2003, p.22).

Além das dificuldades ligadas ao próprio setor ambiental, a Escola de Copenhague adverte sobre os problemas relacionados à evolução dos estudos no campo de segurança ambiental. A complexidade de normalmente coexistir duas agendas ligadas ao setor e ambas serem contraditórias: a agenda governamental e a científica. Com isso, o setor enfrenta grande dificuldade em estabelecer um processo de securitização e acaba por não avançar em segurança.

A Escola de Copenhague ainda aponta o fato preocupante de um alto nível de politização ser característico do setor ambiental. Como os problemas ambientais provocam efeitos apenas no longo prazo, as questões do setor acabam por não possuir prioridade nos processos de securitização e acabam sendo redirecionadas para as agendas de outros setores, como o político e o econômico. Estes ficaram responsáveis por solucionar as consequências das tragédias ambientais (WAEVER, 1998). Dessa forma, o setor ambiental passa a ser visto pela Escola de Copenhague como um auxílio de previsão de ameaças que acabarão sendo tratadas em outros setores.

2.1.6 O Complexo de Segurança Regional

Por ser uma escola abrangente, a Escola de Copenhague confere alta importância para discussões regionais de segurança. Foi Barry Buzan que, com seu livro *People, States and Fear* (1991), desenvolveu conceitos e arcabouços teóricos que possibilitaram o princípio de uma literatura que se dedicasse ao estudo das dinâmicas regionais de segurança.

Quando Buzan desenvolveu a sua teoria, o complexo de segurança regional foi seu conceito base. O desenvolvimento da teoria por Buzan acabou por sofisticar a análise das relações de segurança internacional. Ainda propiciou maiores discussões sobre como seria a relação entre as variáveis domésticas e regionais e, como as de classificação regional, se triplicam para a variável internacional (TANNO, 2003). Desse modo, explica-se, de forma contundente, como os complexos de segurança se originam no Sistema Internacional e suas formas de análise:

Complexos de segurança resultam da estrutura anárquica do Sistema Internacional moderno e consistem em estruturas anárquicas em miniatura ou subsistemas. Fazem parte, portanto, de um nível intermediário de análise, localizado entre as dinâmicas interestatais e sistêmicas de segurança.

De acordo com a teoria clássica de complexo de segurança, a análise deve iniciar-se pela identificação da distribuição de poder e dos padrões de amizade e inimizade entre os Estados de uma determinada região. Será constatado que o nível de interdependência destes é bastante variável. Será menor nas regiões em que os Estados são fracos ou pouco poderosos para projetarem seu poder. Em regiões em que há um Estado forte, este dominará as dinâmicas de segurança [...] (TANNO, 2003, p.23).

Em sua teoria, inicialmente, Barry Buzan expõe que os complexos de segurança se limitavam apenas ao setor militar e político. Entretanto, com *Security: a New Framework for Analysis* (BUZAN & WAEVER, 1998), a inserção de novos atores para as análises de segurança e o maior desenvolvimento construtivista dentro da Escola de Copenhague que Ole Waever proporcionou, começa a se fazer necessária uma revisão na teoria clássica dos complexos de segurança. Em 1991 na obra *People, States and Fear*, Barry Buzan conceituava um complexo de segurança como “um conjunto de Estados cujas principais percepções e preocupações referentes a segurança são tão interligados que seus problemas de segurança nacional não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira separada” (BUZAN, 1991, p.198, tradução nossa). Entretanto, com as atualizações na teoria, em 1998 na obra *Security: a New Framework for Analysis*, o autor passa a conceituar os complexos de segurança como “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização e

desecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira separada” (BUZAN & WAEVER, 1998, p.201, tradução nossa). Dessa forma, a teoria passa a ter o aspecto abrangente, estendendo seus conceitos para os cinco setores de análise da Escola de Copenhague.

Com a nova definição teórica, os complexos de segurança param de considerar o Estado como único ator da análise de segurança e, também, único gerador de um complexo de segurança. Passa-se a discutir também a atuação de atores não-estatais. Dessa forma, com a Escola de Copenhague inserindo outros tipos de atores em suas discussões teóricas, a existência de padrões subsistêmicos e não-regionais passa a ser reconhecida.

Ainda cabe ressaltar a importância da obra *Regions and Powers* (BUZAN & WAEVER, 2003). Por ser escrita no cenário pós-Guerra Fria, o livro traz aponta como desenvolve-se a relação dos grandes poderes do Sistema Internacional e o regionalismo. Dessa forma, Buzan e Waever buscam analisar na obra as três teorias que orientam o conceito do Complexo de Segurança Regional: o Neorrealismo, o Globalismo e o Regionalismo.

Inicia-se ressaltando a relevância do Neorrealismo na área de Segurança Internacional, onde por muito tempo a teoria regeu todas as análises e estudos. Entretanto, quando ocorre a ampliação da agenda de segurança, a teoria Neorrealista por não considerar outros setores de influência, além do militar, e ter sua base centrada no Estado, perde espaço para outras teorias. Isso ocorre devido ao Neorrealismo excluir qualquer tipo de influência que venha do regional ou local, não levando em consideração a teoria do complexo regional de segurança (BUZAN & WAEVER, 2003). No que diz ao respeito da teoria globalista, Buzan e Waever apontam para a dificuldade de conexão com os complexos regionais de segurança, devido a mesma buscar a desterritorialização das questões políticas. Dessa forma, em *Regions and Powers* (2003), Buzan e Waever apontam para a importância da teoria regionalista para as novas análises de Segurança Internacional.

Com o início da multipolaridade no cenário pós-Guerra Fria, o regionalismo entra em ascensão. Dessa forma, é permitido que os Estados resolvam seus problemas com um menor grau de interferência externa, dando chances a um maior desenvolvimento local. Dessa forma, com uma nova configuração do Sistema Internacional, Buzan e Waever (2003), passam a considerar a necessidade de revisão na classificação dos Estados. Portanto, dividem-se os Estados em: pré-modernos, modernos e pós-modernos. Os Estados classificados como pré-modernos, seriam os Estados fracos, vulneráveis em sua estrutura política e com dificuldades para desenvolver um processo de securitização. Os Estados modernos seriam as potências do cenário global, com forte territorialidade e capacidade de securitização independente. Por fim,

os Estados pós-modernos seriam as superpotências, onde os mesmos tendem à facilidade nos processos de securitização e dessecuritização de ameaças e, também, exercem maior influência na construção da agenda de Segurança Internacional (BUZAN & WAEVER, 2003).

Em sua obra *Regions and Powers* (2003), Buzan e Waever ainda justificam a ausência de diversos complexos de segurança regional no cenário internacional, explicando que alguns atores não possuem autonomia para realizar sua própria política e processos de securitização. Dessa forma, ressalta-se a ausência de um padrão interdependente de segurança para alguns atores, apontando que os Estados deveriam unir-se para securitizar problemas que são compartilhados entre si (BUZAN & WAEVER, 2003).

2.2 Outras contribuições teóricas

Ainda abordando outros teóricos que contribuíram de forma relevante para os estudos de segurança, cabe ressaltar a obra *Power and Interdependence* de Robert O. Keohane (2001) e Joseph S. Nye (2001), que se mostra fundamental para tentar entender como se desenvolve as relações e as influências de grupos não-governamentais com o Estado. Também se faz peça indispensável para a compreensão do conflito que será abordado neste trabalho, o livro *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era* de Mary Kaldor. Em sua obra, a autora discorre sobre o fenômeno da globalização e o surgimento de novas configurações de guerra.

2.2.1 Robert O. Keohane e Joseph S. Nye

Em *Power and Interdependence*, Keohane e Nye buscam explicar, através de um desenvolvimento teórico, as mudanças que ocorrem no Sistema Internacional. Keohane e Nye explicam que com as mutações sofridas na política mundial, as relações entre os atores haviam se tornado interdependente, em diversos setores da sociedade. Contrapondo a Escola Modernista, onde as transformações no sistema eram justificadas pela globalização e a criação de um mundo sem fronteiras, e a Escola Tradicionalista, onde afirmava-se que a política mundial permanecia em continuidade, ressaltando a importância da hierarquia de poder e de manter a segurança das nações (KEOHANE & NYE, 2001). Dessa forma, os autores veem a necessidade do desenvolvimento de um novo arcabouço teórico que explicasse a política mundial no cenário de interdependência. Cabe ressaltar, que Keohane e Nye deixam claro que a teoria da interdependência surge para complementar análises num cenário de transformações frequentes e não para descartar as demais teorias de outras escolas.

Em sua obra, Keohane e Nye contrariam a ideia de que a interdependência seja considerada como um ato natural ao qual a sociedade deva se adaptar e que a mesma diminua os conflitos de interesses entre Estados. Os autores explicam que a interdependência seria uma situação originada pela atuação do setor político de um Estado e também negam o discurso que a interdependência eliminaria as ameaças militares: “Não estamos sugerindo que o conflito internacional desapareça quando a interdependência prevalecer. Pelo contrário, o conflito assumirá novas formas e poderá até aumentar” (KEOHANE & NYE, 2001, p.7, tradução nossa).

Os autores ainda apontam como um equívoco definir a interdependência completamente como uma relação de dependência mútua e harmoniosa entre as partes. Dessa forma, apresenta-se que a dependência mútua não seria equilibrada entre os Estados envolvidos e que seria exatamente as assimetrias da relação que possibilitariam aos atores barganhar e influenciar os demais no Sistema Internacional (KEOHANE & NYE, 2001).

Para explicar melhor como se dá uma relação de interdependência, Keohane e Nye buscam reformular os conceitos de poder e explicam que seu significado pode ser dado de duas maneiras: “Poder pode ser pensado como a habilidade de um ator de fazer com que os outros façam algo que de outra forma não fariam (e a um custo aceitável para o ator). Poder pode ser concebido em termos de controle sobre resultados (KEOHANE & NYE, 2001, p.10, tradução nossa). Dessa forma, os autores afirmam que as assimetrias presentes nas relações de interdependência seriam as fornecedoras de poder aos atores.

Segundo Bernard Dacchace, mesmo a interdependência apresentando um conceito simplista e de fácil entendimento, faz-se necessário um entendimento maior de outros pontos para sua total compreensão:

[...] para se entender o poder e a abrangência da interdependência, é necessário distinguir suas duas dimensões: a sensibilidade e a vulnerabilidade (KEOHANE, 2001; NYE, 2001); sendo a primeira o grau de reações às políticas (sociais, econômicas ou políticas) de outros atores em um Estado, e a segunda as possibilidades de sofrer consequências advindas de mudanças dos atores. A vulnerabilidade é mais fácil de ser enxergada e por isso auxilia no entendimento das relações estruturais entre as políticas empregadas (DACCHACE, 2009, p. 26)

Dessa forma, Keohane e Nye observam que a assimetria entre as relações de interdependência baseia-se no poder de influência exercida pelos atores (KEOHANE & NYE, 2001). Sobre a dimensão da sensibilidade, os autores ainda explicam que a mesma está relacionada à capacidade de adaptação as mudanças sem que a estrutura política da situação

de interdependência seja alterada. (KEOHANE & NYE, 2001). Com isso, aborda-se como uma mudança no cenário internacional afeta algum ator e de que forma o ator é afetado. Dessa forma, a dimensão da sensibilidade assume que a estrutura política mantenha-se estável e permanente, assumindo que a estrutura não poderia ser modificada rapidamente. Aprofundando a dimensão da vulnerabilidade, os autores explicam que ela se justifica na disponibilidade relativa dos atores do Sistema Internacional e nos custos que os atores enfrentam advindos de mudanças em uma situação de interdependência. Somente nessa dimensão é considerada a modificação da estrutura política, afim de encontrar uma maior gama de alternativas para se adaptar em situações de dificuldades externas (KEOHANE & NYE, 2001). Dessa forma, fica entendido que o grau de vulnerabilidade de um ator pode ser medido de acordo com a sua capacidade de encontrar alternativas às situações de dificuldades no cenário internacional e na alteração das estruturas políticas. Fica explícita a importância da dimensão da vulnerabilidade para a teoria da interdependência e sua estrutura política. Focase, principalmente, nos atores que são capazes de definir as regras do jogo e, por consequência, menos afetados com alterações na estrutura do cenário político internacional. Dessa forma, Keohane e Nye apontam que a dimensão de vulnerabilidade será mais importante do que a de sensibilidade, pois a vulnerabilidade viria a ser mais eficaz em prover recursos de poder aos atores envolvidos em relações de interdependência.

Com isso, os autores explicam que, nem sempre, as ações podem vir a ter a mesma intensidade das reações em termos de ações tomadas pelos Estados numa relação de interdependência. A assimetria das relações de interdependência também possui o poder de influenciar na balança de poder, em decorrência de consequências positivas ou negativas de suas relações, que favoreceriam ou desequilibrariam o poder em detrimento de um Estado.

Ainda contrapondo à Escola Realista e os conceitos tradicionais de realismo, os autores desenvolvem a teoria da Interdependência Complexa nas Relações Internacionais. Tendo como três pontos fundamentais: a) múltiplos canais como meios de comunicação e discussão entre os atores das relações internacionais, b) a falta de hierarquia entre os temas pertinentes às agendas, c) uma diminuição do uso da violência quando há uma interdependência complexa sólida (KEOHANE & NYE, 2001).

A teoria da Interdependência Complexa, seria então, caracterizada por canais múltiplos que conectam as sociedades e está conexão não necessariamente ocorre sob o controle estatal. Keohane e Nye apontam que esses canais poderiam ser formados por laços formais e informais entre atores estatais e não-estatais. Dessa forma, classifica-se as relações formadas por esses canais como: interestatais, transgovernamentais e transnacionais

(KEOHANE & NYE, 2001). As relações interestatais são as que consideram apenas os canais tradicionais formados por laços formais. As relações transgovernamentais consideram além dos laços formais entre Estados e governos, descartando o Estado como unidade de ação coerente. E as relações transnacionais, de grande importância para a presente análise, são as que entendem que os Estados não sejam exclusivamente os únicos atores significativos para a estrutura política. As relações transnacionais da teoria de Interdependência Complexa consideram, então, a atuação nas relações internacionais de organizações não-governamentais, corporações, instituições privadas, entre outros atores não-estatais como influenciadores e influenciados pela estrutura política internacional.

A segunda característica predominante da teoria de Interdependência Complexa, seria a existência de uma agenda interestatal composta de diversos assuntos, mas sem uma hierarquia presente em sua forma de organização e prioridade. Dessa forma, os autores esclarecem que, nem sempre, a questão de segurança nacional dominará a agenda em situações de interdependência (KEOHANE & NYE, 2001).

Como última característica predominante de sua teoria, Keohane e Nye discutem sobre a diminuição do uso da violência quando a estrutura política apresenta uma interdependência complexa sólida. Dessa forma, a força militar de um Estado não é usada contra o outro quando ambos se encontram em relação de interdependência. Os autores explicam que isso ocorre porque, no momento em que um Estado decide por utilizar a força contra outro Estado que mantém uma relação de interdependência, essa decisão pode ter como consequência o rompimento da relação de cooperação em outras áreas temáticas. Dessa forma, a utilização da força dentro da relação de interdependência causaria prejuízos significativos para os atores envolvidos (KEOHANE & NYE, 2001).

Keohane e Nye ainda apresentam a solução dos conflitos no modelo de interdependência complexa com a própria interdependência, sendo utilizada para a solução de choque de interesses ou para amenizar um panorama de caos ou anarquia (DACCHACE, 2009). Desse modo, a teoria da interdependência complexa pode ser interpretada como uma teorização do mundo atual, onde possuímos um sistema com vários atores, sejam governamentais sejam não-governamentais, que dispõem da capacidade de influenciar políticas e alterar ações de outros atores conforme suas vontades.

2.2.2 *Mary Kaldor*

Em *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*, Mary Kaldor busca compreender e analisar os novos formatos de conflitos que surgiram no cenário pós-Guerra Fria. A autora procura evidenciar como a Guerra Fria contribuiu para as mudanças de características no fenômeno da guerra. Entretanto, Kaldor destaca a importância da compreensão das novas guerras como uma consequência global e não como um resultado direto da Guerra Fria (KALDOR, 2012).

Para isso, Mary Kaldor sugere como meio alternativo, que os conflitos emergentes no cenário pós-Guerra Fria sejam analisados à luz da globalização:

The new wars have to be understood in the context of the process known as globalization. By globalization, I mean the intensification of global interconnectedness - political, economic, military and cultural - and the changing character of political authority (KALDOR, 2012, p.15).¹

A autora aponta para a existência de uma relação entre o surgimento de novas formas de violência na década de 90 e as conexões transnacionais características da globalização. Segundo Mary Kaldor, o fenômeno da guerra passa a ser composto por novas formas de violência. A guerra praticada pelo Estado é acrescida de conflitos originados por grupos políticos, da frequente violação dos direitos humanos e da maior inserção do crime organizado nos conflitos contemporâneos.

Kaldor define as novas guerras como conflitos étnicos, civis ou ainda como apenas um resultado da privatização da violência. Dessa forma, busca-se evidenciar o caráter sobretudo político que permeia o conceito das novas guerras (KALDOR, 2012). A autora também discorre sobre a evolução da guerra entre o século XVII e final do século XX. Observa como, inicialmente, a guerra era compreendida como uma ação legítima e quase que exclusiva dos Estados, que utilizavam-se dos mais diversos instrumentos e aparatos militares num contexto de poderio militar centralizado na figura do Estado soberano. Dessa forma, cada Estado poderia perseguir seus objetivos políticos retratando-os na forma de interesse estatal (KALDOR, 2012).

Mary Kaldor considera a globalização uma parte do contexto, e não causa direta, para o desenvolvimento de novas formas de organização da violência. Com isso, a autora observa

¹ As novas guerras devem ser entendidas no contexto do processo conhecido como globalização. Por globalização, quero dizer a intensificação da interconexão global - política, econômica, militar e cultural - e o caráter cambiante da autoridade política (KALDOR, 2012, p.15, tradução nossa).

dois movimentos fundamentais e contribuintes para a perda de autonomia estatal durante a globalização e o surgimento das novas formas de guerra. O primeiro movimento seria a transnacionalização das forças militares, que contribuíram para uma integração do setor militar e político, gerando um maior nível de cooperação internacional na área:

Moreover, military alliances, international arms production and trade, various forms of military cooperation and exchanges, arms control agreements, etc., have created a form of global military integration. The weakening of states' capacity to use unilateral force is also due to the evolution of international norms (KALDOR, 2012, p.17).²

Em sua análise, Mary Kaldor completa que o segundo movimento contribuinte para a perda da autonomia estatal seria o enfraquecimento de algumas economias mundiais e uma maior ação de grupos paramilitares. Ambos colaboravam para a expansão de novas formas de violência:

The new wars occur in situations in which state revenues decline because of the decline of the economy as well as the spread of criminality, corruption and inefficiency, violence is increasingly privatized both as a result of growing organized crime and the emergence of paramilitary groups, and political legitimacy is disappearing (KALDOR, 2012, p. 17-18).³

Em sua obra, Mary Kaldor ainda discorre sobre o vínculo da globalização com o surgimento de novos tipos de guerra. A autora defende que a globalização acaba por permitir a eclosão de novas formas de identidade política. Como reflexo, teríamos grupos identitários religiosos, étnicos e raciais mobilizados pelo objetivo de disputar, também, o poder estatal (KALDOR, 2012). Essa mobilização, motivada por uma representação de identidade, acabaria por contribuir para o conceito de formação das novas guerras.

Mary Kaldor também analisa um novo modelo de economia política da guerra. A autora observa a tendência à aparição de um novo conjunto militar, formado por militares remanescentes de tropas internacionais, exércitos estatais e grupos paramilitares. Estes conjuntos militares, em sua maioria, manifestam o controle político através da supressão civil (KALDOR, 2012). Nesse novo cenário, técnicas antes consideradas ilegítimas em conflitos antigos, passam a fazer parte da configuração das novas guerras.

² Além disso, alianças militares, produção e comércio internacional de armas, várias formas de cooperação e trocas militares, acordos de controle de armas, etc., criaram uma forma de integração militar global. O enfraquecimento da capacidade dos estados de usar força unilateral também se deve à evolução das normas internacionais (KALDOR, 2012, p.17, tradução nossa).

³ As novas guerras ocorrem em situações em que as receitas do Estado diminuem por causa do declínio da economia, assim como da criminalidade, corrupção e ineficiência, a violência é cada vez mais privatizada como resultado do crescente crime organizado e do surgimento de grupos paramilitares e o desaparecimento da legitimidade política (KALDOR, 2012, p. 17-18, tradução nossa).

Além disso, a autora explica que a economia da guerra se globalizou, ocorrendo uma crescente privatização da violência. Dessa forma, verifica-se uma fragmentação militar do Estado, visto que o mesmo já não possui exclusivamente o monopólio do uso da força. Mary Kaldor ainda justifica o surgimento de novas formas de violência através de uma deterioração da capacidade produtiva dos Estados:

The new war economies are decentralized. Participation in the war is low and unemployment is extremely high. Moreover, these economies are heavily dependent on external resources. In these wars, domestic production declines dramatically because of global competition, physical destruction or interruptions to normal trade, as does tax revenue. In these circumstances, the fighting units finance themselves through plunder, hostage taking and the black market or through external assistance (KALDOR, 2012, p.21).⁴

Dessa forma, os governos e os grupos militares perceberiam na guerra uma forma de continuar realizando suas atividades políticas. Sendo estabelecidos novos fluxos econômicos resultantes do amparo externo de governos estrangeiros, além da ajuda humanitária ao Estado.

Com *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*, Mary Kaldor traz para o centro da discussão a importância de abordar as novas configurações de conflitos no cenário pós-Guerra Fria. Em sua obra, busca-se mostrar a evolução dos aparatos de guerra ao longo da história e a maneira em que, muitas vezes, o Estado deixa de ser ator principal dessa discussão. A autora ainda realiza uma análise que contribui para a ampliação do entendimento acerca do novo formato das guerras atuais.

2.3 A ampliação dos atores de Relações Internacionais: o surgimento e a importância de atores subnacionais

Com a globalização e a descentralização cada vez maior de poder do Estado, ocorre o fenômeno da internacionalização dos atores subnacionais, ganhando um grande protagonismo no atual cenário do sistema internacional. Roland Robertson, em *Globalização: Teoria Social e Cultura Global* (2000), denomina o fenômeno ocorrido com os atores subnacionais de “glocalização”. O autor explica que o termo corresponderia a ideia de que o local se

⁴ As novas economias de guerra são descentralizadas. A participação na guerra é baixa e o desemprego é extremamente alto. Além disso, essas economias são altamente dependentes de recursos externos. Nessas guerras, a produção doméstica diminui drasticamente devido à concorrência global, destruição física ou interrupções no comércio normal, assim como a receita tributária. Nestas circunstâncias, as unidades de combate se financiam através do saque, tomada de reféns e do mercado negro ou por meio de assistência externa (KALDOR, 2012, p.21, tradução nossa).

“globaliza” e o global se “localiza”. Dessa forma, o desenvolvimento do local estaria intrinsecamente relacionado ao cenário global.

Após o fim da Guerra Fria, as teorias de relações internacionais passam por transformações e adquirem visões mais globalizadas e contemporâneas. Esse momento foi importante para os atores não-estatais entrarem em foco nas discussões teóricas. Dentre eles, os entes subnacionais começam a ter maior participação e influência internacional. O movimento teórico de descentralização estatal junto com a terceira onda de democratização convergiam para que a internacionalização dos atores subnacionais fosse constante, desenvolvendo uma doutrina de cooperação internacional (FONSECA, 2011).

Dessa forma, explica-se que a descentralização estatal que as teorias contemporâneas de relações internacionais buscavam, era fundamental para a promoção de poder, autoridade e afirmação dos atores locais. Com isso, traz-se um maior enfoque para o processo de desenvolvimento local.

Sobre a atuação dos atores subnacionais no cenário internacional, os mesmos podem cooperar seguindo uma lógica de integração regional ao qual pertencem ou se adaptando em outras. Também existe a possibilidade de uma cooperação que não se encaixe em nenhuma lógica regional ou geopolítica. Esta seria classificada como cooperação extra-regional, onde a cooperação ocorre entre atores subnacionais de áreas diferentes, seguindo uma lógica autônoma e não um processo de integração regional (FONSECA, 2011). Já a cooperação classificada como intra-regional ocorre numa mesma região, com atores subnacionais participando de um processo de integração. Esse tipo de cooperação é adepto de uma lógica de aproximação, fornecendo amparo para diversos níveis de integração entre os atores subnacionais.

Ainda em relação à cooperação de atores subnacionais e organizações internacionais, cabe ressaltar a importância das organizações como propulsora da atuação dos atores subnacionais. Por figurarem como principais financiadoras e regulamentadoras da cooperação, na maior parte do tempo, dos atores subnacionais, as organizações internacionais visam como objetivo o desenvolvimento local. Dessa forma, para o reconhecimento dos atores subnacionais como atores de Relações Internacionais, é imensurável a importância que as organizações internacionais possuem no processo.

Conclui-se que, quanto maior o grau de reconhecimento e institucionalização que um ator subnacional possui em relação à autonomia de uma cooperação descentralizada, maiores serão os resultados para o seu desenvolvimento local. Dessa forma, os atores subnacionais também passam a cooperar para o desenvolvimento regional. A internacionalização dos atores

subnacionais é considerada um fenômeno histórico, mas que recebe enfoque apenas no cenário contemporâneo. Ressalta-se que, isso ocorre devido aos processos de globalização e descentralização do poder do Estado. Com uma maior atuação internacional dos atores subnacionais, o desenvolvimento do empoderamento local passa a ser visto como peça fundamental para o desenvolvimento do próprio Estado (FONSECA, 2011). A afirmação da relevância dos atores subnacionais se confirma através da intensificação dos acordos de cooperação e sua grande diversidade.

Dessa forma, através da apresentação dos novos conceitos abrangentes da Escola de Copenhague dentro dos estudos de Segurança Internacional e de como a teoria abrangente na segunda metade do século XX auxiliou no enfoque dado aos atores não-estatais em novas análises, mostra-se a importância de considerarmos e analisarmos atores subnacionais, tendo de exemplo o Hezbollah.

Os atores subnacionais surgiram dentro de novos conceitos de teorias de Relações Internacionais e cada vez mais mostram-se de extrema importância para uma análise mais elaborada e estruturada do funcionamento do Sistema Internacional. Cabe ressaltar a relevância dos atores subnacionais para o desenvolvimento regional e local, fortalecendo teorias regionalistas, tais como a teoria dos Complexos de Segurança Regional. Dessa forma, os atores subnacionais mostram-se cada vez mais presentes nos desenvolvimentos teóricos das Relações Internacionais, revelando sua enorme capacidade de exercer influência e ser influenciados pelos outros atores do Sistema Internacional.

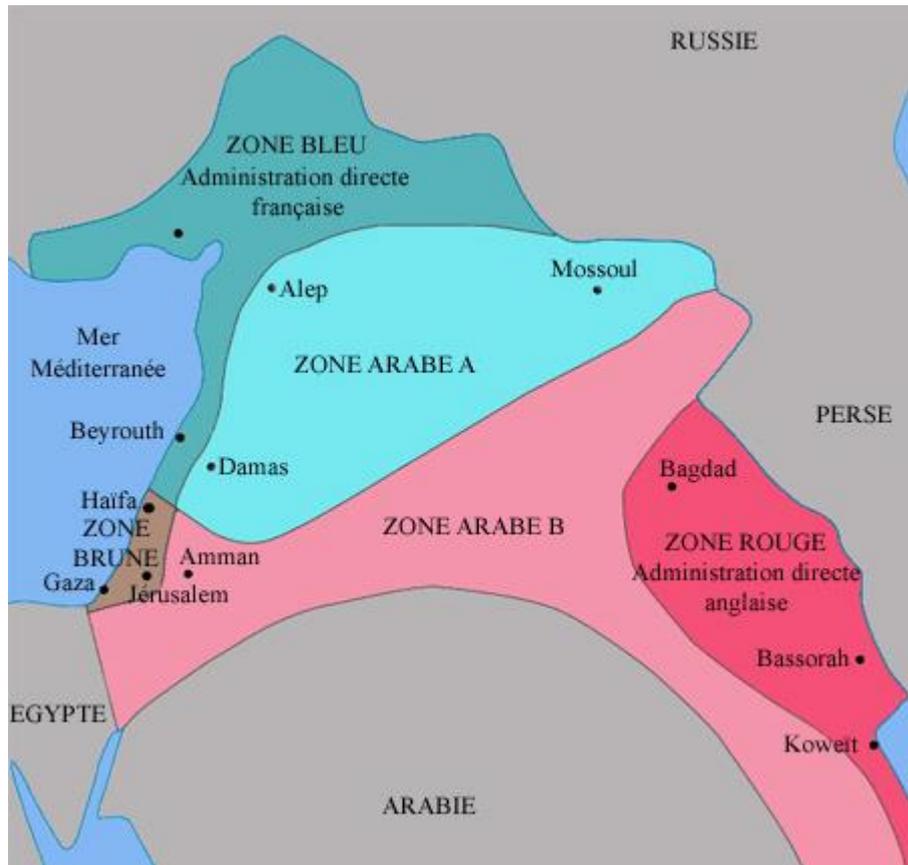
3 UMA HISTÓRIA DE CONFRONTO: LÍBANO, ISRAEL E A INSERÇÃO DO HEZBOLLAH NO CENÁRIO POLÍTICO DO CONFLITO TRANSNACIONAL

Pode-se dizer que, o nacionalismo árabe foi um movimento encorajado pelas promessas ocidentais de independência territorial árabe. Este cenário se dá pelo descontentamento árabe, e também ocidental, com o Império Otomano. Com o acontecimento da Primeira Guerra Mundial, a França e a Grã-Bretanha passam a buscar aliados árabes objetivando barrar a expansão do eixo turco-germânico. Com isso, as potências europeias passam a incentivar o movimento nacionalista árabe (PINTO, 2016).

A Grã-Bretanha passa a ter o apoio árabe na Primeira Guerra, posicionando-se contra o Império Otomano. Esse apoio apenas decorre da promessa britânica de independência dos territórios árabes após a guerra (PINTO, 2016). Entretanto, para agravar a situação que já se demonstrava tensa, em maio de 2016 21 libaneses e sírios foram executados acusados de praticar atos antiturcos em Damasco e Beirute. O dia 6 de maio passou a ser conhecido como “Dia dos Mártires” (COSTA, 2006).

Com um cenário conflituoso e que se demonstrava longe de qualquer solução, o pensamento nacionalista pan-árabe foi desenvolvido e impulsionado pela Síria, Líbano, Palestina e Iraque (PINTO, 2016). Além da independência territorial, buscava-se uma independência política. Sonhava-se com a construção de um “reino árabe”. Entretanto, o sonho de um reino árabe independente ficou cada vez mais distante. No ano de 1916, a França inicia uma intervenção armada contra grande parte do território árabe.

3.1 Acordos de Sykes-Picot e a divisão do mundo árabe



Com a clara decadência do Império Otomano, as grandes potências europeias já buscavam desenvolver acordos e tratados que as beneficiassem com a região. No ano de 1916, a França e a Grã-Bretanha fecharam um acordo e o assinaram secretamente. O acordo, conhecido como Acordos de Sykes-Picot, tinha como objetivo garantir privilégios para as potências francesas e britânicas (COSTA, 2006). Desse modo, as nações dividiram-se entre si as regiões que cada uma exerceria sua influência e dominância política. Segundo Costa:

O acordo almejava contemplar os interesses das Potências e cristalizar o poder que já era exercido de maneira indireta por elas. Havia dois tipos de poder que seriam exercidos na região: “direto” e através de “zona de influência”. Para que houvesse a anuência da Rússia no acordo, as regiões da Anatólia e Persa ficaram fora das negociações, sendo citadas como de administração internacional [...]. Tornava-se claro o interesse da Rússia de expandir seu território assim que o Império Otomano fosse derrubado. Também, como parte do acordo, os britânicos fizeram com que a região ora conhecida como Arábia Saudita ficasse fora da zona de atuação das Potências devido a acordos paralelos firmados com lideranças locais. (COSTA, 2006 p.49).

Fora isso, a França e a Grã-Bretanha já haviam definido suas esferas de influência na região. Dessa forma, os reinos do Iraque e da Transjordânia permaneceram sobre o domínio

da Grã-Bretanha, enquanto a Síria e o Líbano possuíam a interferência do Estado francês (PINTO, 2016).

Todavia, houve um certo descontentamento por parte dos Estados árabes em relação ao Líbano. Dentre as promessas ocidentais de independência para o Oriente Médio, apenas o Líbano despontava a caminho de uma possível independência, deslocando-se do restante da comunidade árabe (SALIBI, 1988). Isso se dava pela forte presença do nacionalismo árabe no restante dos países, enquanto a França demonstrava interesse na criação do Estado libanês, promovendo uma aliança com os maronitas do Líbano.

Além do Oriente Médio, as potências europeias também utilizavam manobras políticas para expandir seu poderio no continente asiático e, principalmente, no continente africano. Também, buscando assistência para os seus projetos nacionais, a Grã-Bretanha assumiu uma aliança de apoio com o povo judeu, comprometendo-se com a ideia da criação de um lar nacional judaico. Dessa forma, a Palestina passava a ficar sob o domínio britânico (PINTO, 2016). Foi dessa forma que, em 2 de novembro de 1917, ocorreu a Declaração de Balfour, onde ficava expresso o apoio e comprometimento da Grã-Bretanha com o movimento sionista para o estabelecimento de um lar nacional judaico na Palestina. Ainda no documento, defendia-se que a criação do lar nacional não deveria prejudicar os direitos civis e, principalmente, os religiosos dos outros habitantes do país, fazendo referência aos palestinos (HOURANI, 2001).

O governo britânico não imaginaria o caráter sectário que o movimento sionista tomaria no futuro. A “Questão Palestina” viria a ser um dos maiores problemas a ser enfrentado pelos povos árabes, em especial os libaneses. No ano de 1918, a França já passava a ter discordâncias com a Grã-Bretanha em relação ao recente acordo de Sykes-Picot. Devido às alianças políticas por parte dos britânicos com famílias árabes de influência, a França se via ameaçada de perder suas áreas de domínio. Isso culminou em um processo de estruturação do Estado libanês, por parte dos franceses. Visando o fortalecimento da sua região.

Além de missões cristãs com o objetivo de construir hospitais, escolas e orfanatos, houve também a Conferência de San Remo na Itália em 1920. Neste encontro, além de ratificar o que já era acordado no Acordo de Sykes-Picot de 1916, a França estabelece a divisão física entre o Monte Líbano e a Síria (COSTA, 2006). Ocorre, também, a anexação de outras cidades que antes não faziam parte do território libanês. Dessa forma, o Monte Líbano transforma-se em Grande Líbano, possuindo a dimensão que atualmente conhecemos.

As decisões tomadas pela França durante a Conferência de San Remo acabam por não agradar uma parcela de libaneses e sírios, que entendiam os territórios como uma única região. Muitos libaneses passaram a viver na região síria por temer a dominação maronita no Grande Líbano. Ainda, em 1923, a Liga das Nações formalizou oficialmente as divisões do mundo árabe feitas no Acordo de Sykes-Picot. O documento fora considerado como contraditório pela comunidade árabe. Ao mesmo tempo que a organização defendia a “autodeterminação dos povos”, também permitia que as potências europeias restringissem a autonomia política dos países árabes, defendendo a necessidade de tutela por um país já desenvolvido (COSTA, 2006). Dessa forma, o plano de implementação de um mandato francês no território libanês, tornava-se cada vez mais próximo.

O interesse da França em permanecer no território libanês se dava, além dos interesses econômicos e geopolíticos, pelo objetivo de conter o nacionalismo árabe. Dessa forma, a comunidade maronita cristã foi fortemente impulsionada pelos franceses, afim de estabelecer uma supremacia na região.

3.2 O mandato francês (1926-1943)

Em 1926, com a pressão pela independência vinda do povo libanês, a França tomou a decisão de elaborar uma Constituição para o país. Dessa forma, em 23 de maio de 1926 o mandato francês fora institucionalizado constitucionalmente (COSTA, 2006). Entretanto, a Constituição promulgada no Grande Líbano apenas reforçava o *status quo* da França no território, uma vez que os representantes políticos eram, em sua maioria, franceses ou maronitas. Dessa forma, os franceses ainda obtinham o controle sobre as relações diplomáticas libanesas e os assuntos militares do país (COSTA, 2006). O Grande Líbano adota, então, um parlamento unicameral, um presidente e um Conselho de Ministros.

No ano de 1932, foi realizado o único censo na história do Líbano. Constatava-se que, apesar dos muçulmanos totalizarem maioria no país, os cristãos maronitas ocupavam o primeiro lugar dos grupos da comunidade religiosa, seguidos pelos sunitas e xiitas. Cabe ressaltar que diversas intervenções do governo francês na realização do censo contribuíram para os maronitas ocuparem o primeiro lugar da comunidade religiosa (NOUREDDINE, 2017).

O primeiro presidente do Grande Líbano a assumir ainda em 1926 foi um grego ortodoxo, Charles Dabbas, que já havia ocupado o Alto Comissário francês por algum tempo (COSTA, 2006). Por abrigar uma numerosa comunidade religiosa, o Líbano optou por ser um Estado multiconfessional. Dessa forma, a constituição do país dividia os cargos políticos entre os maiores grupos religiosos, buscando atingir algum nível de igualdade e representatividade. Sendo assim, o presidente deveria ser um cristão maronita, o primeiro ministro um muçulmano sunita e, por fim, o presidente do parlamento um muçulmano xiita (NOUREDDINE, 2017). Entretanto, isso não se seguiu no início do Estado libanês. No final do mandato de Charles Dabbas, em 1932, foram indicados nomes de possíveis sucessores tanto cristãos quanto muçulmanos (COLLELO, 1989).

A França se mostrou insatisfeita com a possibilidade de um presidente muçulmano, reagindo com a suspensão da constituição em 9 de maio de 1932. Um ano depois, com a situação geopolítica menos tensa, o Alto Comissário francês nomeou Habib Saad como presidente, impedindo que um muçulmano pudera ocupar o cargo. As nomeações francesas estenderam-se até o ano de 1936 (NOUREDDINE, 2017). A postura do governo francês se dava pelo interesse de manter o Líbano como um território cristão governado por cristãos. Dessa forma, utilizava-se de diversas manobras políticas a fim de manter e reforçar seu *status quo* na região. Entretanto, a cobrança da promessa de independência libanesa crescia e o mandato francês se via cada vez com menos opções.

Assim, em 1936, a França iniciou as negociações com a Síria e o Líbano para acertar o que havia sido prometido ainda durante a Primeira Guerra Mundial. Ficava acertado que, o Líbano aceitando um tratado de amizade com a França, tornar-se-ia independente e seria incluído na Sociedade das Nações (NOUREDDINE, 2017). Entretanto, com o início da Segunda Guerra Mundial, o Alto Comissário francês acaba por suspender novamente a constituição libanesa e o tratado que resultaria em sua independência (JUNIOR, 2014).

Durante os anos que se seguiram, diversos encontros entre autoridades libanesas e sírias ocorreram. Ambos Estados queriam reunir seus territórios formando apenas uma única comunidade muçulmana. Isso se dava pela ascensão que a Segunda Guerra Mundial havia proporcionado para o nacionalismo árabe. Com isso, no ano de 1943, é desenvolvido o Pacto Nacional pelos grupos religiosos libaneses em conjunto com o então presidente Bechara Al Khoury e o primeiro ministro Riad Al Solh.

O Pacto Nacional foi um acordo que visava abrir caminho para a independência do Estado libanês. Neste acordo era reforçado algumas ideias da constituição de 1926. Formalizava o Líbano como um Estado multiconfessional e, também, a forma como os cargos políticos seriam ocupados por uma representação religiosa de cada comunidade. Entretanto, ficava acordado que o Líbano seria um país árabe independente voltado a cooperar com o Ocidente, reforçando uma integração com os Estados árabes e a Europa (NOUREDDINE, 2017).

Já como um Estado soberano, o presidente Khoury juntamente com o primeiro ministro Al Solh decidiram por transformar o cargo da representação francesa no país. O que era conhecido como Delegado-geral passava a ser Embaixador, retirando o poder de intervenção francesa nas decisões políticas do Líbano. Entretanto, segundo Costa (2006), a decisão gerou descontentamento por parte da França em como a independência libanesa estava transcorrendo:

A França através de seu representante local, o Delegado-geral Jean Helleu, designou uma força tarefa para prender o presidente e suas principais lideranças políticas. Os prisioneiros foram mantidos no Castelo de Rashayya, o que levou partidários cristãos (Falange ou Kata'eb) e muçulmanos a se unirem em torno de um interesse comum: acabar com os desmandos franceses. Em 22 de novembro de 1943, sob pressão dos britânicos, dos norte-americanos e dos países árabes, a França libertou os prisioneiros e reconheceu a total autonomia do território libanês. A data da libertação dos prisioneiros passou a corresponder à celebração do “Dia da Independência” (COSTA, 2006, p.64).

No ano de 1945 o Líbano tornou-se oficialmente membro da Liga Árabe e, também, participou da Conferência de São Francisco, responsável pela criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Dessa forma, o Estado libanês passava a ser membro também da ONU (NOUREDDINE, 2017). Entretanto, cabe ressaltar que, mesmo sendo reconhecido como um Estado independente e soberano, o Líbano contou com a presença da França em seus territórios até o ano de 1946, quando o país oficialmente se retirou da região libanesa.

3.3 Líbano: um Estado independente e soberano?

Após adquirir sua independência, o Estado libanês enfrentava alguns desentendimentos com a Síria. Isso se dava pela forte identidade sírio-libanesa que a região possuía. Dessa forma, a ideia do Líbano como um Estado independente e com limites físicos, gerava um status de negação entre os povos com a separação entre os dois territórios. Entretanto, mesmo com essas dificuldades, o processo de independência libanesa e concreta separação com a Síria, foram fatores importantes para o governo sírio também caminhar em direção de se

tornar um Estado independente. O governo sírio atingiu sua independência no ano de 1948 (COSTA, 2006).

Ainda que a independência libanesa tenha gerado um distanciamento político com o governo sírio, os primeiros anos de autonomia do Estado libanês transcorreram, de certa forma, calmos. O Pacto Nacional, feito em 1943, ainda levantava alguns questionamentos dentro da comunidade religiosa do Líbano. Apesar de não ser um documento formal, estabelecido na base da confiança mútua, a comunidade drusa e xiita acusava-o de favorecer os cristãos maronitas (COSTA, 2006). O Líbano, então, buscava formas de atingir uma estabilidade política sendo um Estado multiconfessional. Todavia, este objetivo tornava-se cada vez mais distante, com uma esfera política conflituosa na região.

3.3.1 A era Khoury (1943-1952)

Bechara Al Khoury foi o primeiro presidente do Líbano após a declaração da independência do país, sendo eleito por dois mandatos entre o período de 1943 a 1952 (NOUREDDINE, 2017). Em verdade, Khoury já ocupava o cargo da presidência libanesa três anos antes da independência oficial do país. Em seu governo, Khoury mostrou-se adepto de uma linha política mais estreita e pouco tolerante com a diversidade religiosa do país. Teve suas diretrizes e políticas de base apoiadas nos interesses de influentes empresários e banqueiros maronitas. Gerou uma grande insatisfação na parcela muçulmana do país, que sentia-se pouco representada e limitada politicamente, uma vez que grande parte do poder de decisões estava nas mãos de maronitas (COSTA, 2006).

Este cenário de descontentamento por parte de alguns grupos do Estado libanês, influenciaram na formação dos partidos políticos, que organizados buscavam se fazerem presentes nas decisões das políticas internas e diminuir a dominância maronita nos cargos políticos do país. Em 1949, foi fundado o primeiro partido político de maioria drusa, conhecido como Partido Progressista Socialista (PSP). O partido foi criado por Kamal Jumblatt, que buscava maior aproximação política dos grupos religiosos que não se sentiam representados pelo governo de maioria cristã (JUNIOR, 2014).

No ano de 1948 foi criado o Estado de Israel. Este tornava o cenário político ainda mais conflituoso, vindo a ser um desafio para toda a região muçulmana. A Liga Árabe, que recém tinha sido fundada, se viu confrontada com a criação de um Estado judeu dentro do território

da Palestina (HIJAZI, 2017). Em 29 de novembro de 1948, com o apoio do Ocidente, a ONU decide por oficialmente dividir o território palestino, tornando-o uma zona judaica e palestina. Essa decisão foi o impulso necessário para que a Liga Árabe anunciasse “a formação de forças de resistência para enfrentar as forças militares de Israel” (NOUREDDINE, 2017, p.38).



Os maronitas, que estavam predominantemente no poder com o auxílio do presidente Khoury, possuíam ligações com a comunidade sionista desde 1920, quando assinaram um tratado de cooperação entre ambas as partes (COSTA, 2006). Dessa forma, tendo os maronitas posicionando-se a favor da criação do Estado de Israel e do Lar Nacional Judeu que dividia o território palestino, Khoury não declarou guerra aos israelenses, descumprindo o Pacto Nacional e contrariando a Liga Árabe. Segundo Costa:

Como estabelecia o Pacto Nacional e, devido ao Líbano fazer parte da Liga Árabe, sua obrigação seria lutar ao lado dos demais países árabes contra Israel, contudo, Khoury optou por não participar militarmente da guerra, restringindo-se a posicionar-se ao lado dos árabes. A atitude de Khoury gerou fortes críticas de parte da população muçulmana libanesa. O resultado final do conflito entre árabes e israelenses também foi significativo, haja vista que, finalizada a guerra – que estendeu-se de 15/05/1948 (um dia após a decretação do Estado de Israel) a meados de 1949, ocasionando a vitória esmagadora dos israelenses –, também houve uma alteração significativamente da realidade libanesa com a entrada de mais de 170.000 refugiados palestinos no sul de seu território (COSTA, 2006, p.70).

Com a vitória de Israel no conflito árabe e a chegada dos refugiados palestinos ao Líbano, a governabilidade do país foi abalada. Uma forte pressão por parte da população libanesa se formou contra o governo de Khoury, que alegava que a entrada de palestinos no sul do país acarretaria em diversos problemas sociais. Além disso, o impacto econômico no Líbano também foi grande, devido ao aumento de pedidos de cidadania libanesa por parte dos refugiados (NOUREDDINE, 2017).

Também pode-se apontar a entrada de refugiados palestinos no Líbano, como um fator de medo para os cristãos maronitas que estavam no poder. Para a comunidade, a entrada de palestinos, em sua maioria muçulmanos sunitas, poderiam reconfigurar o sistema político que imperava até o momento.

O governo de Khoury, sofrendo de uma grande rejeição por todas lideranças políticas do Líbano, passa a enfrentar inúmeras crises e dificuldades econômicas e sociais. O cenário torna-se ainda mais conflituoso quando, em 1952, a Frente Social Nacional (SNF) convocou uma greve de proporção nacional. Não resistindo à pressão da população libanesa, Bechara Al Khoury decide por renunciar. O movimento que resultou na abdicação do então presidente fica conhecido como uma revolução de características pacifistas e união entre as diversas comunidades religiosas que mostravam-se insatisfeitas com o governo (COSTA, 2006).

3.3.2 *A era Chamoun (1952-1958)*

Ainda no ano de 1952, Camille Chamoun foi eleito o novo presidente do Líbano pela Câmara dos Deputados. Mesmo Chamoun tendo participado diretamente da SNF, que teve como objetivo a queda de Bechara Al Khoury, o novo presidente ainda preservava as políticas voltadas para o Ocidente. Esta posição lhe rendeu desentendimentos com Kamal Jumblatt, líder druso ao qual em conjunto formou a SNF. Chamoun iniciou seu governo perdendo grande maioria das alianças políticas que tivera formado antes da presidência. Em 1953, fora acusado de manter os privilégios e monopolizar o poder em favor dos cristãos maronitas. Dessa forma, Jumblatt acusa Chamoun de manter a mesma estrutura de poder sectarista na qual eles tinham lutado contra anteriormente (COSTA, 2006).

Com um cenário sem grandes perspectivas de mudança, Jumblatt vociferava pela elaboração de um novo censo do Líbano. Alegava-se que os muçulmanos seriam a maior

comunidade religiosa do país, não fazendo sentido manter um censo que favorecia os cristãos maronitas. Jumblatt não teve seu pedido atendido e um novo censo nunca foi realizado no país (NOUREDDINE, 2017).

Em 1956, a situação de instabilidade política no Líbano ainda se agravaria mais com os recentes acontecimentos do mundo árabe. Em julho do mesmo ano, o então presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, resolveu implementar um projeto de política polêmico: a nacionalização do Canal de Suez. Nasser pretendia enfrentar as políticas colonialistas da França e Inglaterra e alavancar o movimento pan-arabista, expandindo-se para outros Estados árabes (COSTA, 2006).

A França e a Inglaterra juntamente com o Estado de Israel, uniram forças para barrar o projeto político de Nasser, buscando enfraquecer, também, o pan-arabismo. Desse modo, conquistaram o Canal de Suez, estabelecendo tropas no território egípcio. Entretanto, o conflito não obteve uma repercussão positiva na comunidade internacional, segundo Costa:

França e Inglaterra acabaram sendo acusadas de agir com base numa política colonialista, que, àquela época, já estava sendo rechaçada. Exemplo claro dessa nova postura pôde ser percebido tomando como base o posicionamento das duas grandes potências que haviam emergido no pós-Segunda Grande Guerra. Estados Unidos e União Soviética assumiram o mesmo lado ao ser votada a Resolução de número 119 do Conselho de Segurança da ONU, a qual delegava a solução do conflito à Assembléia Geral, haja vista não ter havido unanimidade dentre os membros do Conselho de Segurança. Na Assembléia Geral foram convocadas Sessões de Emergência para analisar os incidentes e, por fim, ordenou-se a retirada da França, Inglaterra e Israel do território egípcio, com a finalidade de restaurar sua soberania (COSTA, 2006, p.73)

Cabe ressaltar que, mesmo o Canal de Suez tendo sido devolvido para a administração egípcia, a ONU deixava acertado a livre navegação entre os Estados pelo canal (NOUREDDINE, 2017). O governo libanês de Chamoun desperta revolta na comunidade muçulmana por não ter cortado relações diplomáticas com a França e Inglaterra durante a crise de Suez. Desse modo, Chamoun se vê com um governo cada vez mais enfraquecido politicamente.

No ano de 1958, o pan-arabismo ascendia para seu momento de maiores avanços na comunidade muçulmana. No mesmo ano, o movimento possibilitou a criação da chamada República Árabe Unida (RAU), que era a união entre o governo sírio e egípcio. Temendo a expansão do pan-arabismo no território libanês, Chamoun se posicionou contrário à RAU, justificando que a mesma se encontrava alinhada com a União Soviética, enquanto o governo

libanês recebia apoio direto dos EUA (NOUREDDINE, 2017). Em uma tentativa de abafar as rebeliões que seu governo vinha sofrendo por parte da comunidade muçulmana que apoiava o pan-arabismo de Nasser e a entrada do Líbano na RAU, Chamoun resolveu postular ao governo norte-americano de Eisenhower o envio de tropas militares ao território libanês. Após se questionar sobre a real importância do Líbano para a geopolítica no Oriente Médio, os EUA decidem pela expedição de tropas militares para Beirute (COSTA, 2006).

A presença de tropas norte-americanas no território libanês, levou a URSS a solicitar um posicionamento do Conselho de Segurança da ONU sobre a questão. Entretanto, utilizando-se do seu poder de veto, os EUA justificavam sua presença no Líbano como sendo um auxílio a um aliado político. Também, deixavam acordado que se retirariam do território apenas com a criação de uma força militar internacional que pudesse supervisionar as possibilidades do surgimento de uma ameaça egípcia. Com a presença das tropas norte-americanas em seu território, Chamoun supôs que sua reeleição se daria através do apoio dos EUA. Entretanto, visualizando o cenário conflituoso e não favorável, o presidente norte-americano Eisenhower decide por apoiar um candidato alheio aos recentes acontecimentos internacionais envolvendo o Líbano. Com isso, o governo norte-americano declara apoio general Fuad Shihab nas novas eleições (NOUREDDINE, 2017).

3.3.3 *A era Shihab (1958-1964)*

Em 23 de setembro de 1958, o general Fuad Shihab assumia a presidência do Líbano. Seu governo foi o primeiro a realizar reformas administrativas no país após sua independência. Segundo Nouredine:

A política do Fuad Shihab começou com as reformas das frágeis instituições, dando ao Estado a autoria da ordem da unidade nacional. Shihab prometia fortalecer as estruturas do poder do Estado libanês através de políticas sólidas e implantações de programas de reformas institucionais, encorajando a diminuição das desigualdades sociais existentes no sistema libanês (NOUREDDINE, 2017, p.42).

Dessa forma, os programas desenvolvidos no governo shihabista contribuíram para uma melhora no desenvolvimento do país, elevando os níveis de modernidade e crescimento da política interna (MEIHY, 2016).

Ainda faltava Shihab abordar uma maior participação muçulmana em seu governo, na tentativa de desfazer um Estado libanês fragmentado (COSTA, 2006). Pois a região sul do país, predominantemente xiita, sentia-se marginalizada e não contemplada pelas reformas sociais do governo. Com isso, realizando reestruturações nos cargos políticos, a indicação de Rashid Karami como primeiro ministro por Shihab causou certa revolta maronita. A pressão da comunidade cristã maronita com a indicação de Shihab se dava pelo motivo que, Rashid Karami era um muçulmano defensor do pan-arabismo e aliado do governo sírio. Dessa forma, Karami se afastaria dos verdadeiros interesses do povo libanês naquele momento.

Não suportando a pressão maronita, Shihab optou por reestruturar o Gabinete de primeiro ministro, buscando atingir um equilíbrio de poder entre as comunidades religiosas. Dessa forma, Shihab foi o responsável pela reestruturação do sistema eleitoral libanês, tendo como principal objetivo o fortalecimento do poder central do Estado (COSTA, 2006). Na política externa do Líbano, o presidente Shihab optou por uma posição mais neutra, não se envolvendo em maiores conflitos durante o seu governo. Desse modo, fica claro a preferência de Shihab por uma relação de equilíbrio entre as nações árabes e o Ocidente (COLLELO, 1989). Pode-se concluir que o governo de Fuad Shihab foi um período de paz relativa e estabilidade nacional, embora tenha conquistado algumas divergências com a comunidade maronita que sentia ter sido traída durante o seu mandato.

3.3.4 A era Helou (1964-1970)

Em 18 de agosto de 1964, o general Fuad Shihab era sucedido por Charles Helou na presidência do Líbano. Em seu mandato, Helou prometia adotar políticas que mantivessem a unidade nacional criada no governo anterior por Shihab. Entretanto, grande era a insatisfação entre a comunidade xiita no sul do Líbano. Esse descontentamento se dava pela região ser esquecida em todos os mandatos do país, não recebendo nenhum plano de desenvolvimento ou alguma atenção do governo libanês.

Ainda no início de seu governo, em 1964, o Líbano participou de conferências da Liga Árabe para tratar os problemas que o rio Jordão enfrentava com desvio de águas. Pela Liga Árabe ficava acordado que:

A Conferência aprovou uma série de resoluções, as mais importantes são: a adoção de um plano unificado para defender a causa palestina nas Nações Unidas e fóruns internacionais, resolver a questão dos refugiados, além dos investimentos do rio Jordão e seus afluentes de acordo com o plano (NOUREDDINE, 2017, p.43).

Além do plano de desenvolvimento para a região, durante a conferência da Liga Árabe, ainda ficava acordado a cooperação mútua entre os países do Oriente. De forma que, uma agressão contra qualquer país árabe seria equivalente a uma agressão contra todos os países árabes (HIJAZI, 2017). Entretanto, a situação volta a se mostrar bastante tensa no Oriente Médio e os acordos de não agressão ficam de lado. Em 1967, Israel atacou os países do Egito, Síria e Jordânia dando início ao que ficaria conhecido como “Guerra dos Seis Dias”. Com o Líbano posicionado no centro do conflito, aliados externos ofereceram tropas militares para o Estado libanês se proteger de uma possível intervenção israelense. Todavia, o presidente Helou optava por armar o exército nacional sem envolver forças externas nas decisões políticas do país (NOUREDDINE, 2017).

Com o fim da Guerra dos Seis Dias e a vitória de Israel, as incontáveis perdas e danos sofridos pelas nações perdedoras, Síria, Egito e Jordânia afetavam diretamente o Estado libanês. Este período foi um dos fatores principais para a deterioração da governabilidade libanesa e botava o Líbano no caminho turbulento de seus próximos anos (COSTA, 2006). Ainda como consequência direta da Guerra dos Seis Dias, diversos grupos de guerrilha e oposição palestina, que residiam como refugiados no sul do Líbano, fundaram a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). No ano seguinte, em 1968, a OLP iniciou seus ataques contra Israel, aprofundando ainda mais os conflitos envolvendo os xiitas na região (NOUREDDINE, 2017).

Diante de frequentes ataques ao território libanês por parte do Estado de Israel, a oposição maronita que se formava no Líbano recorreu a ajuda externa. Dessa forma, com a instabilidade da política doméstica crescendo cada vez mais, Charles Helou foi obrigado a intervir na situação e negociar diretamente com a OLP. Em 1969, acontece o que fica conhecido como Acordo do Cairo. Nesta negociação ficava acordada a liberdade das ações dos palestinos e, principalmente, da OLP no sul do território libanês, causando grandes impactos na autonomia e ordem interna do país (NOUREDDINE, 2017). Dessa forma, com um país caminhando para a deterioração política iminente e um cenário cada vez mais conflituoso entre o Estado de Israel e o sul do Líbano, Charles Helou deixa a presidência em 1970.

3.3.5 A era Franjeh (1970-1976)

Ainda no ano de 1970, o então presidente Charles Helou é substituído por Sulayman Franjeh, um político ainda mais conservador do que o presidente anterior. No início de seu mandato, Franjeh já tinha que lidar com a questão do conflito interno entre muçulmanos e maronitas, devido ao aumento do número de refugiados palestinos que se encontravam no Líbano (COSTA, 2006). Por vez, estes grupos de guerrilha uniram-se para lutar pela causa sagrada da Palestina, angariando maior apoio da comunidade muçulmana dos países árabes. Entretanto, quanto mais crescia os grupos de oposição ao Estado de Israel no território libanês, aumentava-se os desentendimentos entre palestinos e grupos de direita conservadora do Líbano:

Por um lado, os maronitas exigiam que o governo utilizasse o exército contra a OLP antes que o inverso ocorresse. Por outro lado, os líderes muçulmanos se opunham à ideia e o governo sírio ameaçava intervir se o presidente Franjeh utilizasse a Força Armada (COSTA, 2006, p.86).

Dessa forma, possuindo autonomia para atuar conforme sua vontade no sul do Líbano, a OLP, com o objetivo de atrair maior atenção para sua luta, adotou como estratégias a organização de sequestros e atentados. Dessa forma, em 1972, um grupo de atletas israelenses foram assassinados durante os Jogos Olímpicos de Munique. A OLP não obteve o resultado esperado, uma vez que suas ações foram vistas pela comunidade internacional como um atentado terrorista, deslegitimando a causa palestina (COSTA, 2006). Como forma de resposta ao ataque da organização palestina, o Estado de Israel, em 1973, invadiu Beirute e assassinou três líderes políticos palestinos.

Com base nos princípios da Liga Árabe e reforçando os ideais pan-arabistas, o presidente sírio Hafez Al-Assad visita o Líbano em 1974, a fim de auxiliar a OLP e prestar apoio ao Estado libanês. Dessa forma, “um acordo foi assinado em que Damasco promete defender o Líbano diante da agressão israelense a pedido das autoridades libanesas com antecedência” (NOUREDDINE, 2017, p.47).

As críticas internacionais ao governo libanês continuavam crescendo. Musa Al-Sadr, líder xiita, criticava fortemente a abstenção dos governantes libaneses em desenvolver um projeto para o sul do país, optando por ignorar a comunidade xiita do local. Dessa forma, Musa Al-

Sadr em conjunto com Hussein el-Husseini, funda o Batalhão da Resistência Libanesa (AMAL) em março de 1974. Em abril do mesmo ano, tropas militares israelenses invadiram a fronteira do sul do Líbano, matando diversos civis. A comunidade internacional e a ONU condenaram Israel “por violar a soberania e a integridade territorial do Líbano. Porém, os ataques das guerrilhas não pararam e Israel seguiu bombardeando toda região sul” (NOUREDDINE, 2017, p.47). Dessa forma, o governo libanês de Sulayman Franjeh mostrava-se cada vez mais instável, sem nenhuma governabilidade e capacidade de enfrentar as tensões crescentes da região. Com o aumento da fragmentação política, as milícias já presentes no território libanês apenas se consolidaram e tomaram ainda mais forma.

Em abril de 1975, o assassinato de 27 palestinos que voltavam do subúrbio de Beirute, ato atribuído as forças militares israelenses, foi o estímulo que faltava para o país mergulhar em uma guerra civil pelos próximos anos (COSTA, 2006).

3.4 A Guerra Civil Libanesa (1975-1990)

A Guerra Civil do Líbano eclode da instabilidade política e ausência de uma forte liderança centrada do Estado. Com isso, vácuos de poder eram preenchidos por líderes políticos alheios ao governo ou pela OLP, que buscava grande parte de seu apoio no território libanês. O início da guerra civil foi caracterizado pela forte ação das milícias palestinas no Líbano. A comunidade cristã conservadora, que inclinava-se a defender o Estado de Israel, atacava as comunidades muçulmanas vitimando diversos civis. Dessa forma, guerrilheiros muçulmanos demonstravam solidariedade aos seus aliados, considerando-se um braço armado da comunidade árabe (KARAM, 2010). Com medo de que o conflito no Líbano reestruturasse a conjuntura da região, em 1976 o governo sírio decide por intervir no território libanês. Com isso, em junho daquele ano, tropas militares sírias adentraram o Líbano com o objetivo de alcançar um cessar-fogo entre a OLP e a Frente Libanesa. Ambas as partes reconheceram o papel de mediação que a Síria desempenhou no conflito (KARAM, 2010).

Dentro da comunidade árabe, principalmente entre os Estados defensores do pan-arabismo, era quase que unânime as críticas em torno dos governos que decidiram por se abster de tomar uma posição no conflito libanês. Para os Estados de maioria muçulmana, a Guerra Civil Libanesa não era apenas do Líbano, mas sim de todos os Estados que teriam suas

identidades ameaçadas com a expansão do movimento sionista nas terras muçulmanas. Porém, a postura da comunidade internacional sobre o conflito mostrava-se diferente:

Já as potências mundiais, como a URSS, optaram por permanecer nos bastidores nessa primeira etapa das guerras libanesas. Tolerante à nova dinâmica geopolítica pró-EUA que a região estava assumindo e fiel à sua política de respeito pelos entes políticos do Oriente Médio, a URSS restringiu-se a denunciar a interferência externa no conflito, enquanto carregamentos de armas do bloco soviético chegavam aos portos sírios (KARAM, 2010, p.53).

Em sua primeira fase, a Guerra Civil Libanesa mostrava-se favorável ao movimento sionista. De forma que, a resistência palestina tinha sido enfraquecida pelo governo sírio, enfraquecendo a imagem do Líbano como um país multiconfessional na comunidade internacional.

3.4.1 *Operação Litani (1978)*

Com a intervenção do governo sírio no conflito libanês e a postura adotada pela comunidade internacional, o Líbano viveu um período de aquietação em seu conflito durante os anos de 1977 a 1981. Entretanto, este cenário não perduraria devido ao caos político que todo o Oriente Médio vivia naquele momento.

Em 1979, a Síria acabou por se reconciliar com a OLP. A reaproximação foi motivada pela emergência de diversas manifestações e conflitos políticos que despontavam na região. Entre elas a Revolução Islâmica de 1979 no Irã, a intervenção da URSS no Afeganistão no mesmo ano e o aumento das tensões com o Iraque (KARAM, 2010). A atração do Estado de Israel pelo território libanês era motivada pelo interesse da comunidade sionista em expandir ainda mais o seu território. Em uma tentativa de separar minorias fragilizadas da região, tinha sempre como objetivo principal aumentar a sua área de atuação.

Entretanto, o Líbano despertava uma inquietação política em Israel:

Apesar da cúpula árabe de Argel de 1973 ter reconhecido a OLP como “a única representante legítima dos palestinos”, Israel a considerava o principal obstáculo para a paz, de modo que buscou desacreditá-la e, se possível, eliminá-la do cenário político do Oriente Médio. Com isso, a “questão libanesa” seria enfocada por Israel através do problema da segurança e da preocupação em destruir a OLP, conforme viria a ficar demonstrado pelas operações “Litani” de 1978 e “Paz para a Galiléia” de 1982 (KARAM, 2010, p.55).

Desse modo, no ano de 1978 a operação Litani ocorreu, marcando a primeira grande invasão de tropas militares israelenses no Líbano. A operação Litani produziu diversas baixas na população e infraestrutura libanesa. Além de forçar um êxodo de centenas de milhares libaneses do sul do Líbano para Beirute (KARAM, 2010). Os enfrentamentos entre o Estado israelense e o Líbano estariam apenas começando. A comunidade muçulmana libanesa, em especial os xiitas, já arquitetavam algumas possibilidades de oposição à Israel. Entretanto, necessitariam de uma numerosa frente de resistência para combater as forças israelenses que, por ora, permaneciam em vantagem na Guerra Civil Libanesa.

3.4.2 *Operação Paz na Galileia (1982)*

Em junho de 1981, Israel começava a sentir os danos dos frequentes ataques de resposta da OLP. Com isso, o movimento sionista já observava que suas políticas de segurança e os planos de enfraquecimento da OLP estavam falhando. Desse modo, o Estado de Israel decidiu por tomar uma postura ainda mais agressiva, passando dos bombardeios para uma invasão do território libanês:

Em junho de 1982, Israel avançou até Beirute e, após conquistar metade do território libanês, os combatentes da OLP sofreram perdas significativas. Eles abandonaram o sul do Líbano e retrocederam à Beirute Ocidental, onde, após um mês de intensos bombardeios, acabaram por concordar com um plano estadunidense de evacuação (KARAM, 2010, p.56).

Com a invasão israelense, a OLP se viu obrigada a sair do Líbano. Em agosto de 1982 transferiram sua sede para a Tunísia. Entretanto, muitos civis continuaram resistindo em condições precárias no Líbano sem ter um exílio. Bashir Gemayel, líder das Falanges Libanesas e apoiador do Estado de Israel, utilizou-se da presença israelense em território libanês para eleger-se presidente do Líbano em 1982. Sua candidatura recebia forte apoio de Israel. Entretanto, Gemayel não chegou a assumir o poder. Dias após sua eleição, foi assassinado em um atentado cometido dentro da sede das Falanges Libanesas.

Em resposta, as forças militares israelenses cometeram o que viria a ser conhecido como os “massacres de Sabra e Chatila”. Foi a execução de milhares de civis palestinos e libaneses que se concentravam nos campos de refugiados de Sabra e Chatila na periferia sul do Líbano (território que estava sob domínio israelense). Dessa forma, seguia-se os enfrentamentos entre

as forças militares de Israel e as organizações de guerrilha xiita do sul do Líbano, conservando o estado de guerra que o país se encontrava.

Segundo Karam (2010), a comunidade conservadora cristã e as forças militares israelenses objetivavam possuir uma dominância completa do Líbano, sem a presença de uma oposição:

A fim de assegurar sua hegemonia sobre todo o Líbano, os conservadores cristãos, aliados de Israel, contavam com o apoio dos EUA, que retribuiu com empréstimos para a reconstrução e com material bélico para o exército, além de incentivarem uma política de relações diplomáticas com Israel. Após um breve intervalo (1982-83) de euforia, a realidade veio à tona. A Força Multinacional da ONU, constituída de tropas estadunidenses, francesas e italianas, enviadas para monitorarem a evacuação da OLP e de seus guerrilheiros, não pôde evitar tornar-se parte do conflito libanês. Sob alvo de ataques, a Força Multinacional retirou-se do Líbano em fevereiro de 1984 (KARAM, 2010, p.57)

Diante do agravamento constante do conflito, os grupos de oposição de maioria xiita do sul do Líbano ganharam cada vez mais forças. Refugiados na parte ocidental do país, expandiram sua influência sob as comunidades sunitas e ortodoxas. Desse modo, o conflito ganhava novos atores. Um cenário que antes era dominado pela Síria, Israel e palestinos, sofre alterações em sua conjuntura com a emergência de um novo e forte ator de atuação regional e, posteriormente internacional, representado pela guerrilha e ativismo xiita. No ano de 1985, a Guerra Civil Libanesa contaria com a atuação do recém criado Hezbollah.

3.4.3 Hezbollah: o nascimento de uma resistência (1985)

O Hezbollah, em tradução “partido de Deus”, teve seus primeiros indícios de uma possível formação já na década de 70. Com o cenário de instabilidade do Líbano e região, o aumento da força agressiva de Israel acrescida do ápice do movimento nacionalista árabe, a comunidade xiita sentia cada vez mais a necessidade de uma maior representação no sistema árabe.

Em 1979, utilizando-se do vácuo de poder do Líbano para aprofundar o discurso muçulmano, Ali Akbar Mohtashami, juntamente com Imad Mughniyah, Mohamed Hussein Fadlalah, Abbas al-Musawi e Subhi al-Tufayli fundaram o Comitê de Apoio à Revolução Islâmica, baseado nos princípios da revolução no Irã e em conjunto com o Amal (KARAM, 2010). Posteriormente, seria este o mesmo núcleo fundador do Hezbollah. O Comitê de Apoio à Revolução Islâmica tinha como objetivo principal recrutar um maior número de

muçulmanos, em sua maioria xiitas, que fossem atraídos pela causa. Desse modo, nos anos seguintes o grupo fortaleceu-se.

Então 1982, os membros fundadores do Hezbollah elaboraram o “Tratado dos Nove”. Neste documento ficava explícito as dimensões de atuação do movimento de resistência xiita libanês. Pretendia-se englobar e ampliar o movimento islâmico jihadista nas esferas política, econômica e social, levando em conta o contexto libanês e árabe. Desse modo, surgia um movimento de oposição, que buscava na luta a defesa pela fé islâmica:

Hassan Nasrallah, o atual secretário-geral do partido, atribuíra, como causas diretas do surgimento do movimento, a invasão sionista do Líbano, que levou à ocupação militar israelense do país, o colapso dos demais grupos de resistência diante das forças de Israel e a constituição de um governo pró-israelense títere em Beirute (KARAM, 2010, p. 85).

Entretanto, até 1984 o movimento xiita agiu de forma anônima. Em um primeiro momento, tinham como prioridade a formação da sua base política e ideológica, recebendo apoio direto do Irã. Apenas no ano seguinte, em 1985 o Hezbollah publicou o documento oficial da fundação de seu partido, a “Carta Aberta”. Neste manifesto ficava aclarado os princípios e diretrizes do Hezbollah, expressando suas ideologias políticas e religiosas (KARAM, 2010). Com a publicação da “Carta Aberta”, ficava oficializada a existência do partido.

3.4.4 *Hezbollah e sua ideologia religiosa*

A natureza da ideologia religiosa do Hezbollah se encontra em três pilares: 1) crença absoluta no islamismo xiita; 2) aderência do sistema do *wilayat al-faqih*; e 3) prática da “jihad”.

O primeiro pilar da ideologia religiosa, a crença absoluta no islamismo xiita, dentro da estrutura do Hezbollah constitui-se da prática da Doutrina do Imamato e da “tabi’a”. Inicialmente, abordando a doutrina, leva-se o título de imã quem é responsável por guiar e/ou dirigir um território. Segundo Karam:

[...] os partidários do Hizballah reconhecem os doze imãs que se sucederam até a ocultação do décimo segundo (Muhammad al-Mahdi) no século IX (séc. III H.), as cujas autoridades religiosas submetem-se. Porém, como o fato de seguir um imã (ou

“marja”) morto é considerado mais como uma anomalia do que uma regra pelo Islã xiita, o Hizballah admite a necessidade de se reconhecer um imã vivo, que é infalível e possui pleno conhecimento das fontes do Islã (KARAM, 2010, p.86).

Seguindo na crença absoluta no Islã xiita, abordamos a “tabi’a”. É definida como uma prática militante com fins de imobilização. No Hezbollah, a “tabi’a” é aplicada com o objetivo de que os integrantes do movimento vislumbrem a conquista do poder político, objetivando a criação de uma ordem islâmica (KARAM, 2010).

O segundo pilar da ideologia religiosa é a aderência do sistema do *wilayat al-faqih*, que institui o eixo central de todo pensamento político-religioso xiita. Neste sistema, um governo ou território que não possuísse um imã infalível, deveria ficar sob tutela de um faqih (jurista). Dessa forma segundo as teorias xiitas de governança, uma região ou território nunca exibiria um vácuo de poder que pudesse lhe enfraquecer (COSTA, 2013).

Por último, o terceiro pilar da ideologia religiosa do Hezbollah seria a prática da jihad. Seguindo as recomendações de Khomeini, ficava acordado no partido a necessidade de aderir à jihad. Em sua definição, a prática jihadista seria a luta pela fé islâmica e a busca de conquista por um credo perfeito. Cabe ressaltar, também, o dever religioso de sempre defender o Islã através do combate.

3.4.5 *Hezbollah e sua ideologia política*

Muito de sua formação política, o Hezbollah pode contribuir ao presente cenário internacional da sua criação. Na década de 80, o nacionalismo árabe predominava no mundo muçulmano, a recente Revolução Iraniana de 1979 havia ascendido o movimento islâmico, dando forças para a organização do Hezbollah. Também, cabe ressaltar a prevalência das ideologias de Terceiro Mundo e anti-imperialistas, que ganharam força com os processos de independência na África e Ásia (KARAM, 2010).

Em 1985, com a publicação de sua “Carta Aberta”, o Hezbollah posicionava-se politicamente como um movimento social de resistência que reivindicava a instituição de um Estado islâmico no território libanês, com base no exemplo iraniano. Deixava-se claro, ainda, o desinteresse no sistema multiconfessional político do Líbano (KARAM, 2010). Em sua essência, além de contrariar o movimento sionista, o Hezbollah também contestava a comunidade maronita do Líbano e sua predominância política no país. Desse modo, em sua

carta, o Hezbollah convidava a população libanesa a se juntar na criação de uma república islâmica, porém, ressaltando que a implementação de um Estado islâmico apenas se daria conforme a vontade da maioria da população:

Nesse regime islâmico, o Hizballah adotava a categoria dos “dhimmis” (não muçulmanos sob a proteção da lei islâmica) da era do “Islã clássico” e, portanto, enfatizava que a base comum entre esses e os muçulmanos constitui-se dos valores sociais da tolerância mútua, respeito, fraternidade e solidariedade (KARAM, 2010, p.89-90).

Entretanto, mesmo defendendo as relações com todos os cristãos, o Hezbollah possuía ressalvas com a comunidade maronita e os demais apoiadores do Estado de Israel. Em sua “Carta Aberta”, o Hezbollah busca esclarecer melhor sua posição em relação aos sionistas. Fica esclarecido que, o Hezbollah enquanto movimento político, não possuiria discriminações no tocante aos judeus em suas crenças e culturas. Porém, o partido se coloca contrário e não favorável ao movimento sionista político, do qual surgiu Israel. Desse modo, fica claro a oposição do partido xiita para com a “entidade sionista” e seu compromisso com a luta do povo palestino (KARAM, 2010).

No que tange o seu apoio e adoção ao movimento anti-imperialista, o Hezbollah esclarece em sua “Carta Aberta”, o seu direito de lutar e defender a ideologia de Estado islâmico. Com isso, o Hezbollah categorizaria Israel, França e os EUA como desafetos políticos de ideologia. De modo que, o partido xiita prezava pela superioridade de uma ordem islâmica de governo, que se sobrepusesse em relação ao Ocidente (KARAM, 2010).

Dessa forma, conclui-se que a ideologia política do Hezbollah, é constituída, principalmente, com base nos valores da Revolução Iraniana. De modo que, o partido adotou seus posicionamentos políticos e econômicos. Entretanto, dando o reconhecimento ao movimento revolucionário do Irã em 1979, não podemos deixar de lado a importância do crescimento e fortalecimento da comunidade xiita libanesa, a qual fez possível a criação do Hezbollah. Nos anos que sucederam a fundação do “Partido de Deus”, o ativismo político xiita atingiu novos níveis de reconhecimento no processo político e social do Líbano. Com isso, durante a Guerra Civil Libanesa, o Hezbollah pode expandir os seus ideais e tornar-se o maior movimento de resistência xiita libanesa, contando com um dos maiores braços armados da região.

3.4.6 *O acordo de Taif (1989-1990)*

No final da década de 80, a Guerra Civil Libanesa já encaminhava-se para o seu fim. Entretanto, alguns fatores ainda levantavam dúvidas sobre o futuro do território libanês. A Síria, uma aliada de longo prazo, havia aumentado o seu controle político no Líbano, devido ao retrocesso das forças israelenses nas áreas antes conquistadas. Em 1987, em um episódio conhecido como “Intifada”, o exército israelense deslocou-se do Sul do Líbano para priorizar o combate com palestinos dentro do seu próprio território. Este evento teria possibilitado à Síria uma expansão do seu poder no país libanês (COSTA, 2006).

A Síria mostrava-se cada vez mais interessada no destino incerto do Líbano. Dado o contexto internacional, os países árabes começaram a receber maior relevância e influenciar no panorama do Sistema Internacional. Desse modo, começava a despertar o interesse de algumas potências em atuar na região. Fora nesse momento que os EUA, já com um histórico de ações na região, aproximaram-se da Síria para que, juntos, desenvolvessem um acordo de paz que pusesse fim na Guerra Civil Libanesa. Com isso, em 1990, surge o Acordo de Taif. Um documento que continha importantes emendas constitucionais para o Líbano. Tais quais a reafirmação da identidade árabe para o Estado libanês, um projeto de reestabelecimento da soberania da nação libanesa e alterações em seu sistema político, o qual passaria a ser um Parlamento Democrático (COSTA, 2006).

Entretanto, o Acordo de Taif trazia apenas medidas para a resolução do conflito no seu curto prazo, deixando um vácuo no que tangia a continuidade da restauração de soberania libanesa:

O problema subsequente ao que fora acordado em Taif dizia respeito à saída das tropas sírias e israelenses do Estado libanês para que sua soberania fosse retomada. Estrategicamente Israel não pretendia deixar o país sem que a Síria fizesse o mesmo. Por outro lado, no tocante ao desarme das milícias, houve um grande processo, excetuando o poderoso Hizbullah que opunha-se veemente à aceitação das cláusulas do Acordo de Taif, inclusive recusava-se a transformar-se num partido político para que pudesse participar do processo democrático que estava previsto para ter início na sequência da ratificação do Acordo (COSTA, 2006, p. 133).

Todavia, mesmo relutante às cláusulas do Acordo de Taif, o Hezbollah acaba cedendo à sua transformação em partido político. Visto que, no cenário internacional, não seria o

momento ideal de perder o apoio sírio e, ainda, colocar-se na mira da atuação dos EUA. Dessa forma, na década de 90, o Hezbollah passa a ser oficialmente um partido político. Entretanto, mesmo ajustado com as emendas do Acordo de Taif, o Hezbollah não respeitaria o desarme acordado no pós-guerra civil (COSTA, 2006). O partido xiita justificava o seu contínuo armamento alegando de que ainda existia um enfrentamento com o Estado de Israel. Desse modo, o Hezbollah exerceria seu papel de exército de resistência no processo de reconstrução da soberania libanesa.

3.5 A reconstrução do Estado libanês após a guerra civil

Com o final da Guerra Civil através do Acordo de Taif, o Líbano vivia um período de paz e soberania relativa, visto que o governo sírio ainda exercia forte influência na política libanesa e mantinha tropas militares em solo libanês. A tão sonhada soberania ainda não havia chego. Em 1991, almejando ainda mais poder político dentro do Líbano, a Síria desenvolveu um tratado de assistência entre as duas nações. O Tratado de Fraternidade, Cooperação e Coordenação legitimava as ações do governo sírio de interferência nos assuntos libaneses. Ficava acordado, também, a criação de órgãos governamentais de ação conjunta entre os países, aumentando o poder de intervenção síria na política interna e externa do Líbano (COSTA, 2006).

Vivendo um momento de relativa estabilidade, o Líbano desenvolvia planos para a sua reestrutura após a Guerra Civil. Em 1992, foi eleito como primeiro-ministro Rafiq Hariri. Com o auxílio da Síria, o mesmo possuía propostas de reformas de base para o Líbano. Desse modo, iniciou-se um momento de curta reestruturação do país. Entretanto, cabe ressaltar que o processo de reformas políticas e sociais não abarcava todas classes da sociedade libanesa:

Apesar da “reconstrução” do Líbano ter significado uma vitória para o povo que vivia os martírios da guerra, a grande falha na elaboração dessa estratégia foi “excluir os excluídos”. Essa ação somente fortaleceu os movimentos fundamentalistas islâmicos. Onde o Estado não agia, o Hizbullah, através da forte inserção de capital iraniano, montava toda a estrutura social para que sua população tivesse condições de sobrevivência (COSTA, 2006, p.135).

Dessa forma, com o fortalecimento do Hezbollah cada vez maior, o partido xiita aumentava seu apoio popular, tendo maior respaldo para suas ações políticas e militares. Com

isso, as tensões na fronteira do sul do Líbano, entre o Hezbollah e Israel, agravavam-se gradualmente.

Em 1992, com os constantes ataques e bombardeios entre Israel e o Hezbollah, as forças militares israelenses desenvolviam uma estratégia de enfraquecimento do partido político. Em fevereiro de 1992, as Forças de Defesa de Israel (IDF) realizaram um atentado contra o Secretário-Geral do Hezbollah, Abbas al-Musawi. O político e ativista xiita foi assassinado por um ataque aéreo, vitimando sua esposa e seu filho também (COSTA, 2006). Entretanto, o objetivo de enfraquecer o movimento de resistência xiita não havia sido alcançado, uma vez que a morte de al-Musawi provocou imensa comoção dentro da comunidade xiita. Com o atentado, o desejo xiita de assolar o Estado de Israel apenas cresceu. Em seguida, o Alto Conselho do Hezbollah elegeu Sayyid Hassan Nasrallah como o novo Secretário-Geral do “Partido de Deus”. Nasrallah optou por seguir o planejamento político de al-Musawi e investir ainda mais na luta contra Israel nas fronteiras do sul do Líbano. Desse modo, o Hezbollah conquistava gradativamente um recuo maior das tropas israelenses nas “zonas de segurança”. Estas conquistas contribuíram para um aumento de membros e simpatizantes dentro do Hezbollah (COSTA, 2006).

Com a expansão do movimento de resistência xiita e temendo a intensificação dos ataques, em 1993 ocorre uma ação militar por parte de Israel, conhecida como “Operação Accountability”. Nesta operação militar, as tropas israelenses conseguiram avançar novamente as “zonas de segurança” no sul do território libanês, destruindo bases palestinas e do Hezbollah na região. Entretanto, a ação do Estado israelense foi duramente criticada pela comunidade internacional, não contando com o apoio nem mesmo de seu aliado norte-americano (COSTA, 2006). Desse modo, visando uma aproximação do conflito e da região, os EUA passam a empenhar-se na negociação de um acordo entre as partes. Todavia, o acordo baseava-se apenas a não utilização de alvos civis em seus confrontos (COSTA, 2006). Com isso, pouco se resolveu dos desentendimentos entre Hezbollah e Israel e a situação de ataques e enfrentamentos continuou se sucedendo na região fronteira do sul do Líbano.

3.6 A saída de Israel do território libanês nos anos 2000

No final do século XX, com o crescimento do Hezbollah e os seus avanços de resistência por todo território libanês, tornava-se cada vez mais difícil para o Estado de Israel manter-se

firme à expansão do partido político. Problemas relativos à segurança das tropas militares israelenses começavam a surgir, fazendo-se necessária uma reformulação de suas estratégias (COSTA, 2006). Em 1999, o Estado de Israel elegeu seu primeiro-ministro mais novo da história, Ehud Barak. O mesmo possuía um plano mais assertivo para o enfrentamento entre o Hezbollah e as forças israelenses na fronteira entre seus países. Dessa forma, em fevereiro de 2000, Ehud Barak tentava o diálogo com o partido de resistência xiita para solucionar a questão no sul do Líbano. Entretanto, pouco se foi avançado no debate sobre a questão, visto que o Hezbollah havia alcançado maior apoio regional e internacional em sua luta, desfavorecendo uma negociação por parte de Israel (COSTA, 2006). Desse modo, não havia outra forma a não ser recuar com os enfrentamentos militares, organizando uma retirada de suas tropas do território libanês:

Seis semanas antes do que fora previamente estabelecido, os exércitos israelenses deixaram a “Zona de Segurança” e os membros do Hizbullah assumiram suas posições. Em 25 de maio o sul do Líbano fora *reconquistado* – segundo terminologia utilizada pela organização xiita (COSTA, 2006, p.147).

O hezbollah saía vitorioso do enfrentamento com Israel, entretanto, cabe ressaltar os cuidados que o Líbano ainda exigia para com as suas instituições e organizações políticas fragilizadas. Com a saída das tropas israelenses do território libanês, a soberania libanesa caminhava em direção de sua total reestruturação. Entretanto, o governo sírio ainda se fazia presente no Líbano. A saída de Israel das “zonas de segurança” e regiões fronteiriças do sul do Líbano, ascenderam um movimento nacionalista libanês que jamais tivera sido visto antes. A população, então, não se mostrava satisfeita com a presença de tropas sírias em seus territórios.

3.7 A Síria deixa o Líbano em 2005: paz e soberania alcançadas?

Apesar do não desarmamento do Hezbollah após a retirada das tropas israelenses do território libanês, a população libanesa via o ocorrido como uma vitória. A repercussão positiva entre a comunidade muçulmana do Líbano era importante e agia diretamente no crescimento do Hezbollah na região. Com um maior apoio popular, nas eleições que sucederam a reconquista de seus territórios, o Hezbollah conquistou grande parte dos cargos destinados a comunidade xiita, elegendo mais parlamentares que o seu adversário, o Amal (COSTA, 2006).

Em 2002, com a morte do presidente sírio Hafez al-Assad, seu filho Bashar al-Assad assumiu o poder. Com esse fato, as relações diplomáticas entre Líbano e Israel iriam sofrer mudanças sentidas no longo prazo, visto que Bashar al-Assad não conseguiria exercer um poder de influência tão grande sob o Hezbollah. O primeiro-ministro libanês Hariri possuía um plano de desenvolvimento político para o Líbano que não contava com uma participação tão considerável da Síria. As ações políticas de Hariri foram o suficiente para o surgimento de tensões e divergências com o governo de Bashar al-Assad (COSTA, 2006). Desse modo, Hariri estava disposto a colocar em prática o seu plano de um Líbano sem interferência externa. Em setembro de 2004, a ONU publicou a Resolução 1559, na qual ficava definida a retirada de todas as tropas militares estrangeiras que estivessem em território libanês, possibilitando assim, a retomada da soberania estatal (COSTA, 2006). A Resolução 1559 da ONU foi o evento que faltava para gerar comoção popular. A partir desse momento, as ruas do Líbano seriam tomadas por protestos nacionalistas libaneses.

Em 14 de fevereiro de 2005, em uma tentativa síria de retomar seu poder de influência, o primeiro-ministro Hariri é vítima de um atentado. O caso despertou uma agitação popular que, mobilizada, protestava contra o assassinato de seu primeiro-ministro, exigindo a retirada das tropas sírias do território libanês:

Diante da instabilidade latente, grande parte da população libanesa propôs-se a amenizar suas diferenças religiosas e passou a clamar pela saída das tropas sírias do Líbano. Nos vários movimentos populares que tomaram as cidades – principalmente a capital –, um detalhe que saltava aos olhos era a presença maciça de bandeiras do Líbano. Um nacionalismo que poucas vezes o país teve a oportunidade de presenciar devido ao forte sectarismo reinante (COSTA, 2006, p.153).

Dessa forma, prezando pela manutenção de sua influência na região, Bashar al-Assad negociou com o governo libanês uma retirada gradual de suas tropas. Assim, em 26 de abril de 2005, o Líbano se viu totalmente livre de intervenção externa, não existindo mais nenhuma tropa estrangeira em seu território. Entretanto, diante da nova situação política, restava algumas questões para serem resolvidas no Líbano. O governo, agora, teria que lidar com o aumento de atuação do partido político do Hezbollah nas esferas políticas e sociais. Ocupando uma parcela do Parlamento, ampliando seu apoio popular e expandindo suas áreas de atuação no Líbano, o Hezbollah participava cada vez mais dos processos de tomada de decisão do governo libanês.

4 “PARTIDO DE DEUS”: A ATUAÇÃO DO HEZBOLLAH NO CASO DA SEGUNDA GUERRA DO LÍBANO (2006)

Em 2006, o Líbano esforçava-se para se consolidar como uma nação soberana no Oriente Médio. Embora já tivesse conquistado sua independência em 1943, o país enfrentou décadas de conflitos armados e de guerra civil. Dispôs da intervenção externa de dois países em seu território, abalando as estruturas de um sistema político que mal tinha se estabelecido pós-independência. Desse modo, após a retirada do governo sírio do território libanês em 2005, o Líbano tentava reconstruir suas esferas políticas, econômicas e sociais.

O país, também, contava com um novo e forte ator, o Hezbollah. Criado em 1985, durante a Guerra Civil Libanesa, o movimento de resistência xiita adquiriu força e ampliou-se por todo território libanês durante o final do século XX. Ainda, a participação direta do partido na retirada das tropas israelenses e sírias do Líbano, apenas acresceu sua popularidade entre os muçulmanos do Líbano e região. Dessa forma, o partido começava a constituir uma voz popular, principalmente da comunidade xiita, dentro do Líbano em 2006.

As preocupações do governo libanês acerca do Hezbollah se dava pelo não desarmamento da organização. No fim da Guerra Civil, em 1990, foi assinado o Acordo de Taif onde as partes envolvidas no conflito comprometiam-se com um cessar-fogo. Entretanto, mesmo assinando o Acordo de Taif, o Hezbollah não se desarmou, utilizando-se da alegação de um possível ataque israelense novamente. Depois, nos anos 2000, com a retirada das tropas israelenses do território libanês, a organização xiita ainda se mantinha armada. Dessa forma, em 2006, o Hezbollah passa a ser a questão principal para o governo libanês. De modo que, o Líbano se mostra preocupado com a autonomia desenvolvida pelo Hezbollah e a maneira como o movimento de resistência age na região. Cabe ressaltar que, embora Israel tenha se retirado do território libanês nos anos 2000, suas tensões com o “Partido de Deus” de modo nenhum esfriaram-se ou tornaram-se nulas.

4.1 Os antecedentes da Segunda Guerra do Líbano em 2006

Como abordado anteriormente, as relações conflituosas entre Israel e Hezbollah estiveram presentes desde suas criações. De modo que, um novo enfrentamento entre os atores seria apenas uma questão de tempo. Entretanto, antes de abordarmos a Segunda Guerra do Líbano

ou Guerra dos 33 dias, como também é comumente chamada, houve eventos em torno de Israel e do Hezbollah que contribuíram para o desenrolar de um novo confronto.

No ano de 2004, quando a ONU aprovou a Resolução 1559, ficava decretada a retirada de todas as tropas estrangeiras do território libanês. Também, na tentativa de reforçar a reconstrução da soberania estatal, recomendava-se o desmanche do braço armado do Hezbollah, alegando que não mais se fazia necessário um partido com atuação militar. Entretanto, a organização xiita nunca seguiu as recomendações de desarmamento. Em 2005, com as eleições parlamentares onde o Hezbollah conquistou uma parcela das cadeiras do Parlamento, também foi eleito Fouad Siniora, um político libanês que se posicionava pró-Israel. Siniora defendia a necessidade do Líbano de manter e estreitar as relações diplomáticas com o Estado israelense (DACCACHE, 2009). Logo após assumir seu mandato, Siniora utilizava-se da Resolução 1559 da ONU para contrariar-se ao Hezbollah no sistema político libanês, iniciando uma campanha pelo desarmamento do movimento xiita.

Como se toda o cenário libanês já não fosse de tensões, o Estado de Israel mantinha como reféns civis libaneses por diversos motivos. O então Secretário-Geral do Hezbollah, Hassan Nasrallah não se mostrava contente com a postura do governo israelense:

Nasrallah que não concordava com o fato de Israel não liberar tais pessoas, disse em um discurso realizado no dia 24 de abril de 2006, durante um evento relembrando a detenção de Samir Kuntar, que iria tomar providências caso o país do sul não liberasse os nacionais presos. Foi então que no dia 12 de julho de 2006, o Hezbollah sequestrou dois soldados israelenses (DACCACHE, 2009, p.44).

Dessa forma, em 2006, com o Líbano ainda se recuperando de um período conturbado de intervenções e conflitos militares, as tensões entre o Estado israelense e o partido político xiita se reascendem. O estopim seria o sequestro dos dois soldados israelenses por parte do Hezbollah. A fim de estabelecer o seu domínio político-militar na região e, também, conseguir com que o Estado de Israel recuasse dos confrontos com o Líbano.

4.2 A Segunda Guerra do Líbano: um combate entre Hezbollah e Israel



A guerra de 2006, embora os atores se enfrentem frequentemente, constitui um cenário um pouco mais especial. O confronto entre o Estado de Israel e o Hezbollah teve em sua configuração um ator não estatal em conflito com um Estado-nação (HANNA, 2008). Apesar de ambos já terem guerrilhado em anos passados, a configuração do conflito era estabelecida de forma diferente. O Hezbollah apenas fazia parte da oposição à Israel em algum conflito, não tendo enfrentado desacompanhado do governo libanês, palestino ou sírio as forças

militares do Estado israelense. Desse modo, esse conflito se configurava por um enfrentamento de um Estado-nação por parte de um ator não estatal residido em um país que, neste momento, estava alheio as tensões entre ambos atores:

A guerra foi travada pelo ator não-Estado, mas o Estado anfitrião se envolveu diplomaticamente. O Estado anfitrião não era o dono desta guerra no sentido oficial, nem gerenciava as batalhas da guerra – não nas dimensões estratégicas ou táticas. Isso poderia ser um exemplo do que Clausewitz considerava quando dizia que a guerra é a política por outros meios: o ator não-Estado controlou a iniciativa política do governo do Estado anfitrião, gerenciando as circunstâncias específicas que levaram à guerra (HANNA, 2008, p.41).

Desse modo, em 12 de julho de 2006, o Hezbollah lançou mísseis em uma ofensiva contra a IDF na costa do país, atingindo, também, parte das forças militares de Israel que ficavam estacionadas na fronteira com o território libanês. Segundo Hijo (2016), o ataque à Israel por parte do Hezbollah teria vitimado, além de três soldados israelenses, alguns civis que habitavam a região fronteira. Estes atos somados ao sequestro dos dois soldados, teve como resultado o discurso do governo israelense contra as ações praticadas pelo Hezbollah, categorizando as atividades da organização como atos terroristas (HIJO, 2016). Dessa forma, Israel declarava que medidas deveriam ser tomadas imediatamente contra a expansão do Hezbollah.

Até o momento, a organização xiita ainda apresentava vantagem em suas investidas às forças de Israel. Isso se dava pela preparação militar tática que possuía o Hezbollah, além de contarem com o efeito surpresa de seus ataques. Entretanto, não demoraria para Israel formalizar suas respostas de ataque ao território libanês. Em um momento inicial, o primeiro-ministro israelense Ehud Olmert, declarava que os ataques às forças armadas de Israel, incluindo o sequestro de seus soldados, seria visto como uma declaração de guerra por parte do Estado do Líbano e que, embora as ações tenham sido cometidas pelo Hezbollah, o território libanês sentiria as consequências (HIJO, 2016). Com isso, o primeiro-ministro libanês Fouad Siniora, declarou que o governo libanês não possuía conhecimento dos ataques planejados pelo partido xiita e que as ações do Hezbollah não obtinham consentimento do governo do Líbano (HIJO, 2016). Entretanto, a declaração do primeiro-ministro libanês não surtiria efeito nenhum sob o Estado de Israel e sua resposta aos ataques sofridos.

Dessa forma, o governo israelense organizava-se para responder aos ataques por parte do Hezbollah:

[...] uma ofensiva por parte das forças armadas israelense começou quase imediatamente como forma de primeira resposta aos ataques e declarações conduzidos pelo Hezbollah. O foco principal dos ataques israelenses era o bombardeio aéreo no Líbano, com o intuito de imobilizar as forças do Hezbollah dentro do país, assim como tentar impedir que os soldados abduzidos adentrassem ainda mais no território libanês sob o domínio do grupo. Ainda com a intenção de limitar o Hezbollah, havia o plano de controlar estradas, pontes e até mesmo o aeroporto internacional, com o intuito de minimizar a movimentação do Hezbollah, além de tentar resgatar os soldados sequestrados (HIJO, 2016, p.31).

Ainda, para aliviar as tensões, o primeiro-ministro israelense declara que, mesmo tendo suas forças militares atacado o território libanês, sua ofensiva não se dava contra o Estado do Líbano, mas sim contra o Hezbollah. Ehud Olmert ainda argumentava que, o Hezbollah utilizava-se do Líbano como um esconderijo para seus atos, trazendo sofrimento e perdas para a população do seu país:

Ele argumenta que não é da intenção do governo israelense causar danos à população libanesa, mas lembra que o alvo de suas incursões militares se encontra no país e muitas vezes se faz passar por civis que não fazem parte do conflito imposto pelo grupo “terrorista” (HIJO, 2016, p.33).

Tendo feito essas declarações e sinalizado a continuação da guerra, o primeiro-ministro israelense produziu objetivos a serem cumpridos no conflito por parte da IDF. Desse modo, Israel tinha como propósitos: 1) realizar o resgate dos soldados sequestrados pelo Hezbollah; 2) implementar uma nova ordem política-militar no Líbano, priorizando a região sul do país, por ser a região de fronteira com Israel e, também, sede do Hezbollah; 3) fortificar as forças armadas israelenses em relação aos ataques externos e 4) dismantelar toda organização política, militar e social do “Partido de Deus” (HIJO, 2016). Dessa forma, tinha início o contra-ataque israelense na Segunda Guerra do Líbano.

Do início do conflito em 12 de julho de 2006, até o seu fim, em 14 de agosto do mesmo ano, são contabilizados 33 dias de duração. O conflito ocorreu, em sua maioria no território libanês, predominantemente na região da fronteira sul. Inicialmente, os ataques das forças israelenses eram majoritariamente em forma aérea ou naval, deixando de lado as táticas terrestres. O Estado de Israel adotou essas medidas visto a prevalência que o Hezbollah possuía no ataque terrestre, uma vez que estavam guerrilhando dentro do seu próprio território (HIJO, 2016). Dessa forma, buscavam cercar a organização de resistência xiita por meio de bombardeios de médio e longo alcance.

A recomendação geral do Estado de Israel às suas forças militares era de prioridade a retaliação máxima ao grupo xiita. Com isso, as tropas israelenses tinham como objetivo atacar a infraestrutura da região em que o partido político se estendesse. Seguindo a recomendação, a IDF adentrou o território do sul do Líbano para eliminar postos de apoio do Hezbollah e bloquear as estradas que dessem acesso às fronteiras. Entretanto, apoiadores e simpatizantes da organização de resistência xiita, com a entrada da IDF, começavam a organizar ataques surpresas em comunidades da região (HIJO, 2016). Entretanto, com a organização de ataques surpresas do Hezbollah à IDF, a dificuldade das forças israelenses de adentrar profundamente o território libanês aumentava:

O problema em adentrar território libanês consistia no apoio local que muitas vezes o Hezbollah recebia dos civis, o que tornava os ataques orquestrados a IDF mais fortes. Também considerando que o grupo estava preparado com artilharia anti-tanque e anti-míssil nesses vilarejos e comunidades, o que tornava as incursões das unidades terrestres ainda mais arriscada para a IDF. Deve ser considerado que o Hezbollah também dispunha de mais tempo para preparo se fossem atacados pelas forças israelenses nessas zonas (HIJO, 2016, p.34).

Desse modo, o Estado de Israel recuava as missões com a IDF e voltava os seus investimentos nos ataques aéreos. Os bombardeios realizados pelas forças aéreas de Israel sempre almejavam atingir o sul do território libanês, com a pretensão de eliminar totalmente as concentrações militares do Hezbollah da região. Por consequência, muitos civis libaneses também foram impactados e feridos pelos ataques aéreos realizados por Israel.

O Estado de israelense, via nos ataques aéreos, uma chance efetiva de eliminar o Secretário-Geral do Hezbollah, Hassan Nasrallah. Por isso, seus ataques muitas vezes eram direcionados em vilarejos e comunidades, postos de observação do Hezbollah e as matrizes energéticas ao sul de Beirute, local considerada a base de proteção e sede do partido xiita. Desse modo, as forças israelenses buscam extinguir todas as lideranças do movimento de resistência (FREITAS, 2011). Entretanto, mesmo com todo o investimento israelense, seus ataques não obtinham os resultados que pretendiam:

Embora os ataques aéreos israelenses tenham sido considerados de importância para a escalada do conflito com o Hezbollah, Nasrallah respondeu por meio de discursos em canais associados ao Hezbollah aos ataques do IDF, clamando que as forças armadas israelenses não iriam conseguir seu objetivo de reaver os soldados abduzidos por meio da força (pelo bombardeio contínuo as estruturas do Estado) e que os soldados haviam sido transportados para outra região mais segura. Segundo o líder do Hezbollah, o governo israelense deveria estar preparado para surpresas, caso as ofensivas israelenses continuassem (HIJO, 2016, p.35).

Entretanto o governo israelense não estaria pronto para ceder as investidas do Hezbollah. Ainda que o movimento xiita realizasse ataques surpresas e discursos intimidadores de seus líderes políticos, as forças militares de Israel seguiam firme no confronto. Como forma de retaliação, as tropas israelenses realizaram diversas tentativas de sequestros com líderes do Hezbollah, entretanto, nenhuma obtivera resultados.

Com a intensificação do conflito, e um término longe de ocorrer, a Segunda Guerra do Líbano começava a atrair a atenção internacional. Isso se dava, principalmente, pelo histórico conflituoso da região do Oriente Médio e a preocupação dos países do Ocidente com a atuação desmedida do Hezbollah. Surgindo dessa apreensão que, o Conselho de Segurança da ONU elaborou e aprovou a Resolução UNSCR 1701. Neste documento, ficava prevista a recuada das forças militares de Israel e o desarmamento do Hezbollah, para então, o conflito ser encerrado (HIJO, 2016).

4.3 O fim da Segunda Guerra do Líbano e a ONU

Em agosto de 2006, sofrendo grandes consequências em sua infraestrutura, o governo libanês solicitava que o Conselho de Segurança da ONU tomasse alguma medida. Com isso, os EUA, Grã-Bretanha e uma parcela da comunidade de países árabes coordenaram a elaboração de um documento que pusesse fim ao conflito armado entre Israel e o Hezbollah. Diante de uma situação complexa edificada por anos de tensões, a elaboração de uma resolução de paz e cessar-fogo levou semanas (DACCACHE, 2009).

Sobre as partes envolvidas, embora que contra sua vontade, o Hezbollah não se opôs ao desenvolvimento de um cessar-fogo. Em uma estratégia política, o partido xiita entendia que, concordando com o fim do conflito, continuaria com a sua rede de apoio e influência no território libanês. Entretanto, Israel apenas aceitaria um cessar-fogo que obrigasse o desarmamento do grupo de resistência xiita, trazendo para a discussão, novamente, a Resolução 1559/2004 da ONU, que o Hezbollah não teria respeitado (DACCACHE, 2009). Dessa forma, o Estado de Israel defendia o desarmamento de qualquer força militar que se não a própria do Estado libanês, reforçando o discurso contrário ao braço armado do Hezbollah.

Dessa forma, após várias reuniões e negociações com as partes envolvidas, o Conselho de Segurança da ONU elaborou a Resolução 1701/2006. O seu decreto principal era o estabelecimento de um cessar-fogo imediato. Também, a nova deliberação da ONU reforçava o decreto da Resolução 1559/2004, recomendava-se novamente o desarmamento do Hezbollah. Ficava aclarado no documento, o pedido de que o Estado do Líbano cuidasse, com seu próprio exército, de suas fronteiras (DACCACHE, 2009). Mesmo contrariado, o Hezbollah aceita a implementação da Resolução 1701/2006, temendo perder o apoio popular libanês. Entretanto, não concorda com o seu desarmamento e permanece com o seu braço armado.

Embora o Hezbollah se mostrasse contrário ao seu desarmamento, pouco se foi discutido acerca dessa questão no pós-guerra. O Líbano, que tivera sofrido grandes perdas em suas estruturas, mostrava maior preocupação em estabelecer o cessar-fogo e, assim, poder reconstruir os lugares afetados pela Segunda Guerra do Líbano. Visto a necessidade de ajuda humanitária e financeira que o território libanês se encontrava, a ONU desenvolveu uma resolução de missão humanitária para o país, as chamadas Forças Interinas da ONU (UNIFIL):

O mandato da UNIFIL, as Forças Interinas da ONU no país, foi estendido até 31 de agosto de 2007. Por meio desta ordem, as Nações Unidas deram condições, formalmente por meio da Resolução 1701/2006 e na prática pedindo reforço para a missão, à UNIFIL de auxiliar o governo libanês na manutenção das fronteiras seguras e de reconstruir as zonas atingidas. Em resumo, a UNIFIL passou a ser uma segunda força, além do governo libanês, responsável por ditar o que seria de valia para a segurança e o desenvolvimento do país (DACCACHE, 2009, p.51).

Entretanto, a missão humanitária da UNIFIL não agradava o Hezbollah. Entre os motivos está que a sede da missão da ONU foi estabelecida no sul do Líbano, região onde o Hezbollah concentra suas principais forças. Dessa forma, impulsionados pela insatisfação, o partido político, conjuntamente com a comunidade muçulmana, apontava uma contradição na Resolução 1701/2006. Se a ONU decretava que o Líbano deveria responsabilizar-se pela segurança de suas fronteiras sozinhos, sem o acréscimo de grupos militares populares, então por que a UNIFIL se fazia presente no território libanês auxiliando na segurança e restauração da soberania? Este questionamento foi muito discutido na comunidade muçulmana, visto que o Hezbollah era um grupo militar formado por libaneses no Líbano, enquanto a UNIFIL era a representação da intervenção de nações externas em seus territórios (DACCACHE, 2009).

Mesmo possuindo uma data limite para a sua atuação no território libanês, a UNIFIL provocava a insatisfação da população libanesa com a presença de militares de outras nações em seu Estado. Embora o Líbano, como membro formal da ONU, soubesse que estaria sujeito as intervenções da organização, a população continuou com uma baixa aderência à presença da UNIFIL. Enquanto isso, o Hezbollah permanecia angariando respaldo popular para suas ações políticas e militares.

Cabe ressaltar também, o questionamento sobre a verdadeira efetividade da UNIFIL no Líbano:

A UNIFIL se concentra na mesma região do Hezbollah por ser a região de maior tensão em todo o território libanês. Contudo, mesmo com a presença de forças neutras nas situações contra Israel, não se vê uma atuação incisiva da Missão para tentar impedir qualquer dano maior em termos de conflito na região. Durante a Guerra dos 33 Dias inclusive, algumas bases da ONU sofreram danos. Mesmo assim, questiona-se se há realmente a necessidade da Força Interina na região, já que a verdadeira atitude da ONU responsável pelo cessar-fogo na região não foi a presença da UNIFIL, mas a Resolução 1701/2006 (DACCACHE, 2009, p.52).

Dessa forma, mesmo com todas suas ressalvas, a Resolução 1701/2006 encerrou o conflito armado direto entre o Hezbollah e o Estado de Israel durante o ano de 2006. Porém, mesmo aprovada e implementada, a Resolução não colocaria fim nas tensões entre os dois atores. Segundo Daccache (2009), as hostilidades entre as partes haveriam apenas diminuído, mas não teriam sido eliminadas por completo. De forma que, ainda no mês de agosto de 2006, o Hezbollah lançaria foguetes em território israelense e, por sua vez, Israel assassinaria três soldados do partido de resistência xiita.

Conclui-se que, apenas do cessar-fogo e da interferência da ONU, o governo libanês ainda não possui a habilidade de governança para o país. Enquanto Israel, mesmo tendo acordado a Resolução, dava continuidade em ações de oposição ao Hezbollah.

4.4 A posição da comunidade internacional

Em seu início, a Segunda Guerra do Líbano contou com a influência indireta externa de outras nações que possuíam interesse político e econômico na região do Oriente Médio. Dentre eles, Irã e Síria influenciavam no movimento xiita do Hezbollah, visto que ambas as nações estão presentes na história da organização desde a sua fundação. Com isso, teriam

auxiliado e investido no Hezbollah, com o objetivo de que o partido político entrasse em um confronto com o Estado israelense.

Também estariam envolvidos no panorama externo da guerra, o Egito, Jordânia e Iraque, que teriam prestado apoio diretamente ao Líbano, não ao Hezbollah (DACCACHE, 2009). Dessa forma, esses países ficariam a disposição das necessidades do Estado libanês em sua reconstrução e necessidades. Já para o Estado de Israel, o apoio externo não era demonstrado de forma direta, entretanto, os EUA e a Grã-Bretanha apoiavam as ações das forças militares israelenses para a afirmação de seu Estado. Os EUA, inclusive, respaldavam os ataques aéreos militares realizados por Israel, justificando que o Estado estaria agindo dentro da ideologia de “guerra ao terrorismo” (DACCACHE, 2009).

Durante o período da Segunda Guerra do Líbano, também houveram diversas manifestações libanesas de apoio político ao redor do mundo. No Brasil, um dos países com mais libaneses estanciados, ocorreu uma manifestação pacífica em Brasília em homenagem as perdas civis libanesas, ansiando-se pelo fim do conflito armado no país.

Em relação ao panorama das organizações internacionais não-governamentais sobre o conflito, a Anistia Internacional preocupou-se com o agravamento das tensões na região, temendo a expansão do conflito para as demais áreas vizinhas. Desse modo, recomendou um cessar-fogo imediato por parte de ambos os atores envolvidos e criticou a postura de agressão do Estado de Israel contra o território libanês (DACCACHE, 2009). Demais organizações de Direitos Humanos criticaram ambos os atores, os responsabilizando pela morte de milhares civis, ferindo os princípios de guerra referentes aos direitos humanos da população civil de uma região em conflito.

Conclui-se que, algumas nações possuíam e exibiam maior interesse no conflito entre o Hezbollah e o Estado de Israel. Embora todos os países fossem formalmente membros da ONU e, com isso, deveriam colocar-se contra qualquer violação à soberania estatal de um país, alguns Estados adotava um posicionamento diferente em relação ao confronto. Foi o exemplo das potências ocidentais, que respaldavam as ações políticas e militares de Israel em oposição ao Hezbollah. A assistência externa dos países do Ocidente contra o movimento de resistência xiita, era explicada na ideologia norte-americana de “guerra ao terrorismo”, de forma que, para os EUA, o Hezbollah e seu braço armado constituíam uma organização de cunho terrorista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizado o estudo aos aspectos teóricos e históricos no que diz respeito ao Hezbollah e aos conflitos que o mesmo tivera tido algum envolvimento, podemos retornar o debate sobre os objetivos dessa pesquisa. De modo que, as pretensões aqui apresentadas anteriormente, agora, possam ser esclarecidas.

Em seu aspecto teórico, apresentamos os atores subnacionais e os conceitos de novas guerras. Ambas se aplicam inteiramente ao conceito característico do partido político xiita. Em sua atuação regional e internacional, o Hezbollah assume o papel de um ator subnacional. Dessa forma, não seria classificado como um ator estatal (embora integre um território soberano), mas possuiria capacidade suficiente para atingir os mesmos níveis de poder de influência que um Estado possa vir a ter. E é exatamente isso que o “Partido de Deus” vem desenvolvendo no Líbano.

Desde a criação oficial do Hezbollah, em 1985, a organização político-militar possui, e não esconde, um plano de conquista e ascendência dentro das comunidades muçulmanas. Tendo como um de seus principais objetivos, a criação de uma República Islâmica no Líbano e região. Entretanto, em seu ativismo político, o Hezbollah pouco se utiliza do imenso braço armado que possui. Prefere adotar políticas de auxílio e cooperação com as partes marginalizadas da população libanesa. Dessa forma, consolida sua influência entre os povos. Uma vez que possui grande simpatia e apoio por parte da população, o Hezbollah passa a receber maior respaldo para suas ações políticas e militares. Neste ponto, entra o conceito de novas guerras desenvolvido por Mary Kaldor.

Com o apoio popular, uma expansão constante de sua organização no sul do Líbano e um aumento da sua participação direta na política do país, o Hezbollah vai conquistando todas as partes necessárias para concluir o processo de dominância na região. Após o fim da Guerra Civil do Líbano, com a influência direta de ação do Hezbollah na retirada das tropas israelenses do território libanês, a organização passava a receber legitimação popular para suas ações militares. De modo que, poucos eram os grupos que se opunham às atividades do Hezbollah. A maioria das críticas e questionamentos acerca da sua agenda político-militar, vinha da influência externa de países ocidentais em algumas regiões do Oriente Médio. De maneira que as potências, antes colonizadoras, começavam a temer as ações da organização xiita dentro da comunidade árabe. Dessa forma, é possível observar que, mesmo negando um

desarmamento, o Hezbollah ainda possui muito mais conflitos políticos ideológicos do que, de fato, guerras em sua definição antiga.

O presente trabalho busca, também, responder os objetivos de analisar a influência do Hezbollah nas tomadas de decisões do governo libanês de forma esclarecida. Realizando essa pesquisa e analisando o crescimento político do Hezbollah através dos anos, fica mais que clara a forte influência que a organização de resistência xiita conquistou nos últimos anos. Constituindo, hoje, grande parte das cadeiras do Parlamento libanês. O aumento da representação política xiita, por meio do Hezbollah, acrescido da simpatia da população para com a organização, acaba por fornecer respaldo para suas tomadas de decisões políticas e militares frente ao governo libanês. Dessa forma, muitas autoridades políticas do Líbano já demonstraram receio em relação à autonomia do Hezbollah.

Por fim, mas não menos importante, podemos analisar a problemática dessa pesquisa. Em relação as ações do Hezbollah no enfrentamento com Israel em 2006, o cessar-fogo acordado no período seria o suficiente para, enfim, botar um ponto final no conflito entre os dois atores? Analisando a postura de ambos, a hipótese apresentada no início do presente trabalho é confirmada. Fica clara a tendência à uma paz relativa apenas no momento atual. Chega-se a este posicionamento verificando as relações entre Hezbollah e Israel nos últimos 30 anos. É incontestável o desafio que ambos alimentam um do outro. O Hezbollah fora criado durante a Guerra Civil Libanesa com o objetivo de eliminar o Estado de Israel. Já o Estado de Israel, reservou grande parte de suas investidas militares ao Hezbollah, também almejando o desmantelamento da organização.

Dessa forma, mesmo vivendo atualmente o maior período sem enfrentamentos diretos, quase onze anos, o Hezbollah e o Estado israelense não puseram um fim em suas tensões. Pelo contrário, sem conflitos militares diretos, os atores tendem a realizar provocações um ao outro de forma mais frequente. De maneira que, as tensões já existentes apenas consolidem-se mais. O Hezbollah, mesmo que não realizando ataques militares à Israel, recusa-se veemente ceder a um desarmamento. Dessa forma, o partido xiita permanece com seu exército armado, contrariando duas Resoluções da ONU e o cessar-fogo acordado entre as partes. Alega que, a necessidade de permanecer armado advém da possibilidade de ameaça ou ataque externo ao território libanês. Com isso, as tensões na região ainda não alcançaram seu fim e, seguindo por este caminho, uma resolução definitiva permanecerá distante, isolando a região de uma possível estabilidade política.

REFERÊNCIAS

BARNEA, Nahum. Israel vs. Hezbollah. **FOREIGN POLICY**. Nº 157, pág. 22-24, 26, 28. novembro/dezembro 2006. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/25462101?origin=JSTOR-pdf&seq=1#page_scan_tab_contents Acesso em: 29 mar. 2018.

BARRETO, Renata Nassar. **A guerra como meio de solucionar conflitos internacionais**. Revista Âmbito Jurídico. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1679>. Acesso em: 19 abr. 2018.

BOADO, Héctor Cebolla. **¿Es posible la normalización política de Hizbulá?** Real Instituto Eleano. N.87. 2006. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2060135>. Acesso em: 30 set. 2018.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BUZAN, Barry. **People, States and fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era**. Ed.2. Boulder: Lynne Rienner Publishers. 1991.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe**. St. Martin's Press. 1993.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of international security**. Cambridge University Press. Cambridge. 2003.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Security: a New Framework for Analysis**. Lynne Rienner. 1998.

CHAMA, Vanessa Miguel. **Fortalecimento do Hezbollah após a Guerra de 2006**. Revista Fronteira. v. 17, n.33, p.22-46. Belo Horizonte. 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/viewFile/15766/13492>. Acesso em: 03 out. 2018.

COLLELO, Thomas. **Lebanon a country study**. v.3 ed. Lebanon: Library of Congress, 1989. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/88600488>. Acesso em: 15 set. 2018.

CORDESMAN, Anthony. **Lebanese Security and the Hezbollah**. **CSIS: Center for Strategic and International Studies**. Washington, DC. Julho/2006. Disponível em: < <https://www.csis.org/analysis/lebanese-security-and-hezbollah>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

CORDESMAN, Anthony. Preliminary “Lessons” of the Israeli-Hezbollah War. **CSIS: Center for Strategic and International Studies**. Washington, DC. Setembro/2006. Disponível em: < <http://www.mafhoum.com/press9/286P6.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

COSTA, Renatho. **A INFLUÊNCIA DOS ULEMÁS XIITAS NAS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS OCORRIDAS NO IRÃ DURANTE O SÉCULO XX – O WILAYAT AL FAQIH E O PRAGMATISMO DOS AIÁTOLAS COMO INVIABILIZADORES NA EXPANSÃO DA REVOLUÇÃO IRANIANA**. Monografia (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10092013-125446/pt-br.php>. Acesso em: 08 out. 2018.

COSTA, Renatho. **HEZBOLLAH, ISRAEL E TERRORISMO: A "FÓRMULA MÁGICA" DA MÍDIA**. Revista PJ BR – Jornalismo Brasileiro. Ed.11.fev.2009. Disponível em: < http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos11_b.htm>. Acesso em: 28 mar. 2018.

COSTA, Renatho. **O ISLAMISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DEMOCRÁTICO LIBANÊS**. Monografia (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06072007-121530/pt-br.php>. Acesso em: 20 mar. 2018.

DACCHACE, Bernard. **O Crescimento do Hezbollah no Processo de Tomada de Decisão Libanês no período entre 1992 a junho de 2009**. Monografia (Graduação) – Universidade

Católica de Brasília. Brasília, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ucb.br/jspui/handle/10869/1327>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. Editora Contexto. vol.3. São Paulo. 2013.

ERLANGER, Steven; OPPEL JUNIOR, Richard A. A Disciplined Hezbollah Surprises Israel With Its Training, Tactics and Weapons. **The New York Times**, Washington Dc, v., n., p.1-5, ago. 2006. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2006/08/07/world/middleeast/07hezbollah.html>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

FELDMAN, Shai. The Hezbollah-Israel War: A Preliminary Assessment. **Middle East Brief**, Massachusetts, v. 10, n., p.1-8, set. 2006. Disponível em: <<http://www.brandeis.edu/crown/publications1/meb/MEB10.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2018.

FISK, Robert. **Pobre Nação: as guerras do Líbano no século XX**. Ed. São Paulo: Record. 2007.

FONSECA, Marcela Garcia. **A ATUAÇÃO INTERNACIONAL DOS ENTES SUBNACIONAIS: BREVE ANÁLISE DA CONDIÇÃO DE ATORES DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL**. Encontro Nacional ABRI. Belo Horizonte. 2011. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v3/a16.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

FREITAS, Marco Túlio Delgobbo. **A RELAÇÃO DA DOCTRINA E DO PODER AÉREO CONTRA O TERRORISMO: A GUERRA ENTRE ISRAEL E HEZBOLLAH NO LÍBANO EM 2006**. Revista Brasileira de Estudos Estratégicos. n.3. vol. 1. Rio de Janeiro. 2010.

HAMIEH, Christine Sylva; GINTY, Roger Mac. A Very Political Reconstruction: governance and reconstruction in Lebanon after the 2006 war. **DISASTERS**. Oxford, vol. 34, pág. 103-123, 2010. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1467-7717.2009.01101.x>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

HANNA, Elias. Lições Aprendidas na Recente Guerra no Líbano. **MILITARY REVIEW**. pág. 40-48, janeiro/fevereiro 2008. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/MRjanfeb08.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

HIJAZI, Fahed. **As Guerras Libanesas no mapa da hegemonia mundial**. Ed.1. Beirute: Dar Farabi. 2017.

HIJO, Marvin Edgar Ríos Guerra. **Vitória na Guerra: o caso da segunda guerra do Líbano**. Monografia (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, novembro/2016. Disponível em: <<http://rei.biblioteca.ufpb.br:8080/jspui/handle/123456789/1662>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. Companhia das Letras: São Paulo. 2006.

JÚNIOR, José Ailton Dutra. **O Líbano e o nacionalismo árabe (1952-1967)**. Monografia (Mestrado) – Departamento de história. Programa de pós-graduação em história econômica. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde03102014-164144/pt-br.php>. Acesso em: 10 ago. 2018.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars: Organised Violence in a Global Era**. Polity Books. Third Edition. 2012.

KARAM, Christian da Camino. **Da revolução política ao reformismo socioeconômico: Hizballah, islamo-nacionalismo e economia de redes no Líbano pós-guerra civil (1992-2006)**. Monografia (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-03082011-102645/pt-br.php>. Acesso em: 09 out. 2018.

KATTAN, Victor. **Israel, Hezbollah and the Conflict in Lebanon: An Act of Aggression or Self-Defense?** The Human Rights Brief. Washington College of Law. Vol. 14. 2006. Disponível em: <<https://digitalcommons.wcl.american.edu/hrbrief/vol14/iss1/6/>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. Pearson. Ed. 4. 2001.

KREPS, Sarah E. The 2006 Lebanon War: Lessons Learned. **Parameters: Strategic Studies Institute**. Pág. 72-84. 2007. Disponível em: <
<http://ssi.armywarcollege.edu/pubs/parameters/Articles/07spring/kreps.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

LINDEMANN, Marc. **Laboratório de Assimetria: A Guerra do Líbano de 2006 e a Evolução das Táticas Terrestres Iranianas**. Military Review. Nova Iorque. 2010. Disponível em: https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20101031_art010POR.pdf. Acesso em: 30 set. 2018.

MAALOUF, Ramez Philippe. **GEOESTRATÉGIAS EM CONFRONTO NO LÍBANO EM GUERRA (1975-90)**. Monografia (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-17102012-095211/pt-br.php>. Acesso em: 25 out. 2018.

MEIHY, Murilo. **Os libaneses**. Editora Contexto. vol. 1. São Paulo, 2016.

MONTGOMERY, Evan Braden; PETTYJOHN, Stacie L. Democratization, Instability, and War: Israel's 2006 Conflicts with Hamas and Hezbollah. **Security Studies**, Virginia, v. 19, n. 3, p.521-554, ago. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09636412.2010.503514>. Acesso em: 23 ago. 2018.

NOUREDDINE, Rajaa Hussein. **POLÍTICA EXTERNA NO LÍBANO: Mudanças na política externa no Líbano e as principais influências do partido político Hezbollah nesse contexto**. Monografia (Graduação) – União Dinâmica das Cataratas. Foz do Iguaçu. 2017

NUWAYHID, Iman et al (Org.). Summer 2006 war on Lebanon: Summer 2006 war on Lebanon: A lesson in community resilience. **Global Public Health: An International Journal for Research, Policy and Practice**, Boston, v. 6, n. 5, p.505-519, mar. 2011. Disponível em: <
<http://dx.doi.org/10.1080/17441692.2011.557666>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

PINHEIRO, Álvaro de Souza. A prevenção e o combate ao terrorismo no séc XXI. **Coleção Meira Mattos: Revista das Ciências Militares**, Rio de Janeiro, n. 23, nov. 2011. ISSN 2316-4891. Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/article/view/21>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

PINHEIRO, Álvaro. Israel, Hezbollah e o Conflito Assimétrico. **UNICEUB: Universitas Relações Internacionais**. Brasília, vol. 4, nº 1, 2006. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/269>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

PINO, Domingo Del. **A Tragédia do Líbano: retrato de uma guerra civil**. Editora Clube do Livro. São Paulo. 1989.

PINTO, Maria do Céu. **Nacionalismo árabe e pan-arabismo**. Revista Janus. 2016. Disponível em: http://janusonline.pt/images/anuario2015/2.15_MariaCeupinto_pan_arabismo.pdf. Acesso em: 01 nov. 2018.

ROBERTSON, Roland. **Globalização: Teoria Social e Cultura Global**. Editora Vozes. 2000.

RUDZIT, Gunther. **O debate teórico em segurança internacional: Mudanças frente ao terrorismo?** Civitas – Revista de Ciências Sociais. Porto Alegre. v. 5. n. 2. Pág. 297-323. Jul-dez/2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/5/1598>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

SALEM, Paul. The After-effects of the 2006 Israel-Hezbollah War. **Contemporary Arab Affairs**. Vol. 1, nº 1, pág. 15-24, janeiro/2008. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17550910701812255?journalCode=rca20>>. Acesso em: 16 abri. 2018.

SALEM, Paul. The after-effects of the 2006 Israel–Hezbollah war. **Contemporary Arab Affairs**, Beirute, v. 1, n. 1, p.15-24, set. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/17550910701812255>. Acesso em: 16 ago. 2018.

SCHLEIFER, Ron. Psyoping Hezbollah: The Israeli Psychological Warfare Campaign During the 2006 Lebanon War. **Terrorism And Political Violence**, Samaria, v. 21, n. 2, p.221-232, mar. 2009. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1080/09546550802544847>> Acesso em: 02 set. 2018.

SILVA, Caroline Cordeiro Viana. **ESCOLA DE COPENHAGUE: UM AVANÇO TEÓRICO**. Universidade Federal do Paraná – 6º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Belo Horizonte. 2017. Disponível em < http://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498434266_ARQUIVO_CarolineCordeiroVianaSilva_2017.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **CONTEXTO INTERNACIONAL**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, pág. 47-80, janeiro/junho 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cint/v25n1/v25n1a02.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

TELHAMI, Shibley. Lebanese Identity and Israeli Security in the Shadows of the 2006 War. **Brookings**. Pág. 21-26, janeiro/2007. Disponível em: < <https://www.brookings.edu/articles/lebanese-identity-and-israeli-security-in-the-shadows-of-the-2006-war/>>. Acesso em: 05 abri. 2018.

TRABOULSI, Fawwaz. **A modern history of Lebanon**. Ed. London Pluto Express, 2007. Disponível em: <<http://islamicblessings.com/upload/A-History-Of-Modern-Lebanon.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

VILLA, Rafael Duarte. **SEGURANÇA INTERNACIONAL: NOVOS ATORES E AMPLIAÇÃO DA AGENDA**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. N.34. 1994. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451994000300006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 14 jun. 2018.

ANEXOS**Anexo A – Carta Aberta do Hezbollah (1985) 83**

Fonte: <http://novaresistencia.org/2017/09/27/manifesto-do-hezbollah-carta-aberta-aos-oprimidos-do-libano-e-do-mundo/>

Anexo B – Resolução 1559 do Conselho de Segurança da ONU (2004) 90

Fonte: <http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/>

Anexo C – Resolução 1701 do Conselho de Segurança da ONU (2006)92

Fonte: <http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/>

ANEXO A - CARTA ABERTA DO HEZBOLLAH (1895)

Manifesto do Hezbollah – Carta Aberta aos Oprimidos do Líbano e do Mundo:

Introdução [1]:

Muitas vezes nos perguntam: *quem é o Hezbollah? Qual é a sua identidade?*

Nós somos os filhos da *umma* (comunidade muçulmana), o Partido de Deus (*Hizb-Allah*), a vanguarda do que foi feito vitorioso por Deus no Irã. A vanguarda que conseguiu estabelecer as bases para um Estado Muçulmano e que exerce um papel central no mundo.

Nós obedecemos às ordens de um Líder, sábio e justo, que cumpre todas as condições necessárias para ser o nosso tutor e *Faqih* (jurista): Ruhollah Khomeini Musawi. Deus o salve!

Assim, não nos constituímos como um partido organizado e fechado no Líbano, nem somos um quadro político cristalizado: somos uma *umma*, ligada aos muçulmanos de todo o mundo pela conexão doutrinal e religiosa sólida do Islã, cuja mensagem Deus aprovou ser cumprida pelo Selo do Profeta, ou seja, por Muhammad. É por isso que tudo o que toca ou golpeia os muçulmanos no Afeganistão, no Iraque, nas Filipinas, como em outros países, reverbera por toda a *umma* muçulmana da qual somos parte integrante.

Nosso proceder é ditado a nós pelos princípios jurídicos estabelecidos a luz de uma concepção política global definida pelo Jurista Maior (*Wilayat al-Faqih*). Quanto à nossa cultura, é baseada no Alcorão, na *Sunna* e nas decisões judiciais do *Faqih*, que é a nossa fonte de imitação (*Marje` al-taqlid*). Nossa cultura é cristalina, não é de difícil entendimento e é acessível a todos.

Ninguém pode subestimar a importância do nosso poderio militar, bem como o fato de que nosso aparato militar não está separado do nosso tecido social em geral: cada um de nós é um soldado de combate. E quando se torna necessário levar a cabo a Guerra Santa, cada um de nós toma a sua atribuição na luta, no âmbito da missão a ser realizada, de acordo com os preceitos da Lei e sob a tutela do Comando Jurídico.

Nossa Luta:

Os EUA têm tentado, através de seus agentes locais, convencer as pessoas de que aqueles que esmagaram sua arrogância no Líbano, bem como frustraram sua conspiração contra o oprimido (*mustad'afin*), não passam de um bando de terroristas fanáticos, cujo único objetivo é dinamitar e destruir máquinas de escavação. Tais sugestões não podem e não vão enganar a nosso *umma*, porque o mundo inteiro é ciente de que aquele que quiser se opor aos Estados Unidos – esta superpotência arrogante – não pode se dar ao luxo de levar a cabo ações marginais que o desviem do seu foco principal. Nós combatemos a abominação e arrancaremos suas raízes, suas raízes primárias: que são os EUA. Todas as tentativas de nos empurrar em direção a ações marginais fracassarão, pois o nosso intento de combater os EUA é sólido.

Declaramos abertamente e em voz alta que somos uma *umma* que teme somente a Deus e que não está disposta a tolerar a injustiça, a agressão e a humilhação. A América, seus aliados do Pacto Atlântico e a entidade sionista na Terra Santa da Palestina nos atacaram e continuam a fazê-lo sem descanso. Pretendem nos rebaixar ao pó continuamente. É por isso que nos encontramos cada vez mais em estado de alerta permanente, com a finalidade repelir a agressão e defender nossa religião, nossa existência, nossa dignidade: eles invadiram nosso país, destruíram nossas aldeias, cortaram as gargantas dos nossos filhos, violaram os nossos santuários e puseram fogo em nosso povo, cometendo os piores massacres contra nossa *umma*. Não cessam em apoiar os aliados de Israel e não nos permitem decidir acerca de nosso destino a partir da nossa própria vontade.

Em uma única noite, israelenses e falangistas executaram milhares dos nossos filhos, mulheres e crianças em Sabra e Shatila. Nenhuma organização internacional protestou ou efetivamente denunciou tal massacre, um massacre perpetrado com a colaboração tácita de seus aliados europeus e americanos, que tinham se retirado há alguns dias, talvez algumas horas, dos assentamentos palestinos – os derrotistas libaneses aceitaram colocar os assentamentos sob a proteção do enviado norte-americano Philip Habib (aquela raposa velha).

Nossa única alternativa foi fazer frente à agressão por meio do sacrifício. A coordenação entre os falangistas e Israel continuava e avançava. Cem mil vítimas: que é o balanço aproximado dos crimes cometidos por eles e pelos Estados Unidos contra nós. Quase meio milhão de muçulmanos tiveram que abandonar suas casas. Seus bairros foram praticamente arrasados

em Nab'a, Beirute (meu próprio bairro), assim como em Burj Hammud, Dekonaneh, Tel Zaatar; Sinbay, Ghawarina e Jubeil – hoje, todos estes bairros são zonas controladas pelas “Forças Libanesas”.

A ocupação sionista desencadeou uma invasão usurpatória no Líbano, em plena e manifesta aliança com a Falange. Esta inviabilizou toda tentativa de resistir às forças invasoras. Participou na aplicação de determinados planos de Israel para tornar realidade o seu sonho no Líbano e acatou todas as petições israelenses para obter poder. E isso, com efeito, foi o que aconteceu. Bashir Gemayel, este carniceiro, tomou o poder com a ajuda mancomunada dos países da OPEP e da família Gemayel. Tratou de melhorar sua feia imagem se unindo ao Sexpartito Comitê de Seguridade Pública, presidido pelo ex-presidente Alias Sarkis, que não era senão uma ponte americano-israelense usada pelos falangistas para dominar os oprimidos.

Nosso povo não podia seguir tolerando a humilhação. Destruíu os opressores, os invasores e seus lacaios. Mas os Estados Unidos persistiram em sua loucura e colocaram Amin Gemayel no lugar de seu irmão. Entre seus primeiros e supostos feitos estiveram à destruição dos centros que acolhiam refugiados e outros despossuídos, ataques a mesquitas e a ordem dada ao exército para bombardear os bairros do Sul de Beirute, onde residiam os oprimidos. Convocou as tropas europeias para ajudá-lo contra nós e firmou o acordo de 17 de Maio com Israel, que converteu o Líbano em protetorado americano.

Nosso povo já não podia suportar mais traições. Decidiu fazer frente à infidelidade atacando seus quartéis gerais e desencadeando uma autêntica guerra de resistência contra as forças de ocupação. Finalmente, o inimigo teve de optar pela retirada.

Nossos Objetivos:

Falaremos com sinceridade: os filhos do Hezbollah sabem quem são seus principais inimigos no Oriente Médio: a Falange, Israel, a França e os Estados Unidos. Os filhos de nossa *umma* se encontram atualmente em um estado de confrontação crescente com eles até que se concretizem os três seguintes objetivos:

(a) Expulsar os americanos definitivamente do Líbano, bem como os franceses e seus aliados, pondo fim a toda entidade colonialista em nossa terra;

(b) Submeter à Falange a um poder justo e levá-la a justiça pelos crimes que tem cometido contra muçulmanos e cristãos;

(c) Permitir que todos os filhos de nosso povo determinem seu futuro e escolham livremente a forma de governo que desejam. Instamos a todos eles a escolher a opção do governo islâmico, que é a única que pode garantir a justiça e a liberdade para todos: só um regime islâmico poderá frear qualquer novo intento de infiltração imperialista em nosso país.

Estes são os objetivos do Líbano – estes são os nossos inimigos. E quanto aos nossos amigos, são todos os povos oprimidos do mundo. São também nossos amigos aqueles que combatem nossos inimigos e nos defendem de suas maldades. A estes amigos, indivíduos e organizações, dizemos: amigos, onde quer que estejais no Líbano... Estamos de acordo convosco acerca destes objetivos grandes e irrenunciáveis: destruir a hegemonia americana em nossa terra; colocar fim a deletéria ocupação israelense; rechaçar todos os intentos dos falangistas no sentido de monopolizar o poder e o governo. Ainda que tenhamos, amigos, pontos de vista muito diferentes sobre os meios da luta e os níveis apropriados para liberá-la, devemos superar estas divergências insignificantes e consolidar nossa cooperação, mirando o grande propósito.

Somos uma *umma* que segue a mensagem do Islã. Queremos que todos os oprimidos possam estudar a mensagem divina direcionada à consecução da justiça, da paz e da tranquilidade para o mundo. Por essa razão, não queremos impor o Islã a ninguém, como tampouco queremos que outros nos imponham suas convicções e seus sistemas políticos. Não queremos que o Islã reine no Líbano pela força, como ocorre hoje com os maronitas. Eis o mínimo que podemos aceitar para poder alcançar, por meios legais, a realização das nossas ambições: salvar o Líbano de sua dependência do Oriente e do Ocidente, pôr fim a ocupação estrangeira e adotar um regime livremente escolhido pelo povo do Líbano.

Esta é a nossa percepção sobre o atual estado de coisas. Esse é o Líbano que desejamos. A luz de nossas concepções, nossa oposição ao sistema atual ocorre em função de dois fatores: (1) o presente regime, produto de uma arrogância tão injusta que nenhuma reforma ou alteração poderia remediar, precisa ser transformado radicalmente, e (2) o imperialismo mundial, que é hostil ao Islã.

Consideramos que qualquer oposição que se faça no Líbano em nome da reforma só pode beneficiar, em última instância, ao sistema vigente. Toda oposição deste gênero, que opera dentro do marco da manutenção e da salvaguarda da atual constituição, mas sem exigir mudanças nos próprios fundamentos do regime, neste sentido, é uma oposição puramente formal, que não pode satisfazer aos interesses das massas oprimidas. Da mesma forma, toda oposição que enfrenta o atual regime dentro dos limites fixados por ele é uma oposição ilusória, que presta um grande serviço ao sistema de Gemayel. Não pode nos interessar nenhuma proposta de reforma política que aceite o poderio do sistema vigente. Não poderíamos ser mais indiferentes à criação de tal ou qual coalizão governamental ou a participação de esta ou aquela personalidade política em postos ministeriais que só são parte deste regime injusto.

A política seguida pelos chefes do maronismo político através da “Frente Libanesa” e das “Forças Libanesas” não pode garantir a paz e a tranquilidade para os cristãos do Líbano, uma vez que se baseia no *asabiyya* (particularismo estreito), nos privilégios confessionais e na aliança com o colonialismo. A crise libanesa tem demonstrado que os privilégios confessionais são uma das principais causas da conflagração que tem assolado o país. Também demonstrou que a ajuda do exterior não serviu em nada aos cristãos do Líbano quando estes mais necessitavam. Apoiamos as campanhas para que os cristãos fanáticos se libertem das lealdades confessionais e das ilusões nascidas do monopólio de privilégios em detrimento de outras comunidades. Os cristãos devem responder ao chamado do século e recorrer à razão ao invés das armas, a persuasão ao invés do confessionalismo.

Para os cristãos:

Você, ó cristão, que não pode tolerar que os muçulmanos compartilhem com vocês alguns domínios do governo: Allah também tornou intolerável para os muçulmanos participarem de um regime injusto, injusto para você e para nós, um regime que não se baseia nas prescrições (*Ahkam*) da religião e sobre a base da Lei (a *Sharia*), conforme estabelecido por Muhammad, o Selo dos Profetas. Se você procura a justiça: quem é mais justo do que Deus? É Ele quem fez descer do céu a mensagem do Islã através de seus sucessivos profetas, a fim de que eles julguem as pessoas e confirmem a todos os seus direitos. Se você foi enganado e levado a acreditar que nós planejamos vingança contra você: seus medos são injustificados. Aqueles que, dentre vocês, são pacíficos, continuam a viver em nosso meio, sem que ninguém sequer pense em incomodá-lo.

Nós não lhe desejamos mal. Nós o chamamos a abraçar o Islã, de modo que você possa ser feliz neste e no próximo mundo. Se você se recusa a aderir o Islam, mantenha os seus laços com os muçulmanos e não tome parte em qualquer atividade contra eles. Libertem-se dos frutos do confessionalismo deplorável. Expulsem de seus corações todo fanatismo e provincianismo. Abram seus corações para o nosso Chamado (*da'wa*), que nos dirigimos a você. Abram-se para o Islã, onde poderão encontrar salvação e felicidade, na terra e no além.

Nós estendemos este convite também para todos os oprimidos entre os não-muçulmanos. Quanto àqueles que pertencem ao Islã apenas formalmente, nós o exortamos ao aderir ao Islã na prática religiosa e a renunciar a todos os fanatismos que são rejeitados por nossa religião.

Contexto mundial:

Rechamos tanto a URSS quanto os EUA, tanto o capitalismo quanto comunismo, pois ambos são incapazes de estabelecer as bases de uma sociedade justa.

Com veemência especial rejeitamos a FPNUL, já que foram enviados pela arrogância mundial para ocupar as zonas evacuadas por Israel e servir para este último como uma zona de amortização. Eles devem ser tratados semelhantemente aos sionistas. Todos devem saber que os objetivos do regime falangista não é levar qualquer carga junto com os combatentes da Guerra Santa, ou seja, a resistência islâmica.

Este é o pesadelo que aguarda toda a intervenção estrangeira.

Assim são e serão nossas ideias e nossos objetivos, que servem de base para a nossa luta e nos inspiram. Que as aceita deve saber que todos os direitos pertencem à Allah e Ele os otorga. Quem os rechaça, seremos pacientes com ele, até que Allah decida entre nós e o povo da injustiça.

A necessidade para a destruição de Israel:

Enxergamos Israel na vanguarda dos Estados Unidos no mundo islâmico. É o inimigo odiado que deve ser combatido até que, como odiado, tenha o que merecem. Este inimigo é o maior perigo para nossas futuras gerações e para o destino das nossas terras, particularmente, no que

tange as ideias de colonização e expansão, iniciado na Palestina e projetada para fora, para a extensão da Grande Israel, a partir do Eufrates ao Nilo.

Nossa hipótese principal em nossa luta contra Israel afirma que a entidade sionista é agressiva desde o seu início e que foi construída sobre terras arrancadas de seus proprietários, em detrimento dos direitos dos povos muçulmanos. Por isso a nossa luta só terminará quando tal entidade for obliterada. Não reconhecemos nenhum tratado com ela, nenhum cessar-fogo e não existirão acordos de paz, total ou parcialmente.

Condenamos energicamente todos os planos de negociação com Israel e consideramos todos os negociadores como inimigos, uma vez que semelhante negociação não é senão o reconhecimento da legitimidade da ocupação sionista na Palestina. Portanto, nós opomos e rejeitamos os acordos de Camp David, às propostas do Rei Fahd, o plano de Fez e Reagan, as propostas da França e do Egito, a de Brezhnev e todos os outros programas que incluem o reconhecimento (mesmo que implícito) da entidade sionista.

ANEXO B – RESOLUÇÃO 1559 DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU (2004)**Resolution 1559 (2004)****Adopted by the Security Council at its 5028th meeting, on 2 September 2004.***The Security Council,*

Recalling all its previous resolutions on Lebanon, in particular resolutions 425 (1978) and 426 (1978) of 19 March 1978, resolution 520 (1982) of 17 September 1982, and resolution 1553 (2004) of 29 July 2004 as well as the statements of its President on the situation in Lebanon, in particular the statement of 18 June 2000 (S/PRST/2000/21),

Reiterating its strong support for the territorial integrity, sovereignty and political independence of Lebanon within its internationally recognized borders,

Noting the determination of Lebanon to ensure the withdrawal of all non-Lebanese forces from Lebanon,

Gravely concerned at the continued presence of armed militias in Lebanon, which prevent the Lebanese Government from exercising its full sovereignty over all Lebanese territory,

Reaffirming the importance of the extension of the control of the Government of Lebanon over all Lebanese territory,

Mindful of the upcoming Lebanese presidential elections and underlining the importance of free and fair elections according to Lebanese constitutional rules devised without foreign interference or influence,

1. *Reaffirms* its call for the strict respect of the sovereignty, territorial integrity, unity, and political independence of Lebanon under the sole and exclusive authority of the Government of Lebanon throughout Lebanon;

2. *Calls upon* all remaining foreign forces to withdraw from Lebanon;
3. *Calls for* the disbanding and disarmament of all Lebanese and non-Lebanese militias;
4. *Supports* the extension of the control of the Government of Lebanon over all Lebanese territory;
5. *Declares* its support for a free and fair electoral process in Lebanon's upcoming presidential election conducted according to Lebanese constitutional rules devised without foreign interference or influence;
6. *Calls upon* all parties concerned to cooperate fully and urgently with the Security Council for the full implementation of this and all relevant resolutions concerning the restoration of the territorial integrity, full sovereignty, and political independence of Lebanon;
7. *Requests* that the Secretary-General report to the Security Council within thirty days on the implementation by the parties of this resolution and decides to remain actively seized of the matter.

ANEXO C – RESOLUÇÃO 1701 DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU (2006)

Resolution 1701 (2006)

Adopted by the Security Council at its 5511th meeting, on 11 August 2006

The Security Council,

Recalling all its previous resolutions on Lebanon, in particular resolutions 425 (1978), 426 (1978), 520 (1982), 1559 (2004), 1655 (2006) 1680 (2006) and 1697 (2006), as well as the statements of its President on the situation in Lebanon, in particular the statements of 18 June 2000 (S/PRST/2000/21), of 19 October 2004 (S/PRST/2004/36), of 4 May 2005 (S/PRST/2005/17), of 23 January 2006 (S/PRST/2006/3) and of 30 July 2006 (S/PRST/2006/35),

Expressing its utmost concern at the continuing escalation of hostilities in Lebanon and in Israel since Hizbollah's attack on Israel on 12 July 2006, which has already caused hundreds of deaths and injuries on both sides, extensive damage to civilian infrastructure and hundreds of thousands of internally displaced persons,

Emphasizing the need for an end of violence, but at the same time *emphasizing* the need to address urgently the causes that have given rise to the current crisis, including by the unconditional release of the abducted Israeli soldiers,

Mindful of the sensitivity of the issue of prisoners and *encouraging* the efforts aimed at urgently settling the issue of the Lebanese prisoners detained in Israel,

Welcoming the efforts of the Lebanese Prime Minister and the commitment of the Government of Lebanon, in its seven-point plan, to extend its authority over its territory, through its own legitimate armed forces, such that there will be no weapons without the consent of the Government of Lebanon and no authority other than that of the Government of Lebanon, *welcoming also* its commitment to a United Nations force that is supplemented and enhanced in numbers, equipment, mandate and scope of operation, and *bearing in mind* its request in this plan for an

immediate withdrawal of the Israeli forces from southern Lebanon,

Determined to act for this withdrawal to happen at the earliest,

Taking due note of the proposals made in the seven-point plan regarding the Shebaa farms area,

Welcoming the unanimous decision by the Government of Lebanon on 7 August 2006 to deploy a Lebanese armed force of 15,000 troops in South Lebanon as the Israeli army withdraws behind the Blue Line and to request the assistance of additional forces from the United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL) as needed, to facilitate the entry of the Lebanese armed forces into the region and to restate its intention to strengthen the Lebanese armed forces with material as needed to enable it to perform its duties,

Aware of its responsibilities to help secure a permanent ceasefire and a longterm solution to the conflict,

Determining that the situation in Lebanon constitutes a threat to international peace and security,

1. *Calls for* a full cessation of hostilities based upon, in particular, the immediate cessation by Hizbollah of all attacks and the immediate cessation by Israel of all offensive military operations;
2. Upon full cessation of hostilities, *calls upon* the Government of Lebanon and UNIFIL as authorized by paragraph 11 to deploy their forces together throughout the South and *calls upon* the Government of Israel, as that deployment begins, to withdraw all of its forces from southern Lebanon in parallel;
3. *Emphasizes* the importance of the extension of the control of the Government of Lebanon over all Lebanese territory in accordance with the provisions of resolution 1559 (2004) and resolution 1680 (2006), and of the relevant provisions of the Taif Accords, for it to exercise its full sovereignty, so that there

will be no weapons without the consent of the Government of Lebanon and no authority other than that of the Government of Lebanon;

4. *Reiterates* its strong support for full respect for the Blue Line;

5. *Also reiterates* its strong support, as recalled in all its previous relevant resolutions, for the territorial integrity, sovereignty and political independence of Lebanon within its internationally recognized borders, as contemplated by the Israeli-Lebanese General Armistice Agreement of 23 March 1949;

6. *Calls on* the international community to take immediate steps to extend its financial and humanitarian assistance to the Lebanese people, including through facilitating the safe return of displaced persons and, under the authority of the Government of Lebanon, reopening airports and harbours, consistent with paragraphs 14 and 15, and *calls on* it also to consider further assistance in the future to contribute to the reconstruction and development of Lebanon;

7. *Affirms* that all parties are responsible for ensuring that no action is taken contrary to paragraph 1 that might adversely affect the search for a long-term solution, humanitarian access to civilian populations, including safe passage for humanitarian convoys, or the voluntary and safe return of displaced persons, and *calls on* all parties to comply with this responsibility and to cooperate with the Security Council;

8. *Calls for* Israel and Lebanon to support a permanent ceasefire and a long term solution based on the following principles and elements:

- full respect for the Blue Line by both parties;
- security arrangements to prevent the resumption of hostilities, including the establishment between the Blue Line and the Litani river of an area free of any armed personnel, assets and weapons other than those of the Government of Lebanon and of UNIFIL as authorized in paragraph 11, deployed in this area;
- full implementation of the relevant provisions of the Taif Accords, and of resolutions 1559 (2004) and 1680 (2006), that require the disarmament of all armed groups in Lebanon, so that, pursuant to the Lebanese cabinet decision of

27 July 2006, there will be no weapons or authority in Lebanon other than that of the Lebanese State;

- no foreign forces in Lebanon without the consent of its Government;
- no sales or supply of arms and related materiel to Lebanon except as authorized by its Government;
- provision to the United Nations of all remaining maps of landmines in Lebanon in Israel's possession;

9. *Invites* the Secretary-General to support efforts to secure as soon as possible agreements in principle from the Government of Lebanon and the Government of Israel to the principles and elements for a long-term solution as set forth in paragraph 8, and *expresses* its intention to be actively involved;

10. *Requests* the Secretary-General to develop, in liaison with relevant international actors and the concerned parties, proposals to implement the relevant provisions of the Taif Accords, and resolutions 1559 (2004) and 1680 (2006), including disarmament, and for delineation of the international borders of Lebanon, especially in those areas where the border is disputed or uncertain, including by dealing with the Shebaa farms area, and to present to the Security Council those proposals within thirty days;

11. *Decides*, in order to supplement and enhance the force in numbers, equipment, mandate and scope of operations, to authorize an increase in the force strength of UNIFIL to a maximum of 15,000 troops, and that the force shall, in addition to carrying out its mandate under resolutions 425 and 426 (1978):

- (a) Monitor the cessation of hostilities;
- (b) Accompany and support the Lebanese armed forces as they deploy throughout the South, including along the Blue Line, as Israel withdraws its armed forces from Lebanon as provided in paragraph 2;
- (c) Coordinate its activities related to paragraph 11 (b) with the Government of Lebanon and the Government of Israel;
- (d) Extend its assistance to help ensure humanitarian access to civilian populations and the voluntary and safe return of displaced persons;
- (e) Assist the Lebanese armed forces in taking steps towards the

establishment of the area as referred to in paragraph 8;

(f) Assist the Government of Lebanon, at its request, to implement paragraph 14;

12. Acting in support of a request from the Government of Lebanon to deploy an international force to assist it to exercise its authority throughout the territory, *authorizes* UNIFIL to take all necessary action in areas of deployment of its forces and as it deems within its capabilities, to ensure that its area of operations is not utilized for hostile activities of any kind, to resist attempts by forceful means to prevent it from discharging its duties under the mandate of the Security Council, and to protect United Nations personnel, facilities, installations and equipment, ensure the security and freedom of movement of United Nations personnel, humanitarian workers and, without prejudice to the responsibility of the Government of Lebanon, to protect civilians under imminent threat of physical violence;

13. *Requests* the Secretary-General urgently to put in place measures to ensure UNIFIL is able to carry out the functions envisaged in this resolution, *urges* Member States to consider making appropriate contributions to UNIFIL and to respond positively to requests for assistance from the Force, and *expresses* its strong appreciation to those who have contributed to UNIFIL in the past;

14. *Calls upon* the Government of Lebanon to secure its borders and other entry points to prevent the entry in Lebanon without its consent of arms or related materiel and *requests* UNIFIL as authorized in paragraph 11 to assist the Government of Lebanon at its request;

15. *Decides* further that all States shall take the necessary measures to prevent, by their nationals or from their territories or using their flag vessels or aircraft:

(a) The sale or supply to any entity or individual in Lebanon of arms and related materiel of all types, including weapons and ammunition, military vehicles and equipment, paramilitary equipment, and spare parts for the aforementioned, whether or not originating in their territories; and

(b) The provision to any entity or individual in Lebanon of any technical training or assistance related to the provision, manufacture, maintenance or use of the items listed in subparagraph (a) above; except that these prohibitions shall not apply to arms, related material, training or assistance authorized by the Government of Lebanon or by UNIFIL as authorized in paragraph 11;

16. *Decides* to extend the mandate of UNIFIL until 31 August 2007, and *expresses its intention* to consider in a later resolution further enhancements to the mandate and other steps to contribute to the implementation of a permanent ceasefire and a long-term solution;

17. *Requests* the Secretary-General to report to the Council within one week on the implementation of this resolution and subsequently on a regular basis;

18. *Stresses* the importance of, and the need to achieve, a comprehensive, just and lasting peace in the Middle East, based on all its relevant resolutions including its resolutions 242 (1967) of 22 November 1967, 338 (1973) of 22 October 1973 and 1515 (2003) of 19 November 2003;

19. *Decides* to remain actively seized of the matter.